

# O INSTITUTO

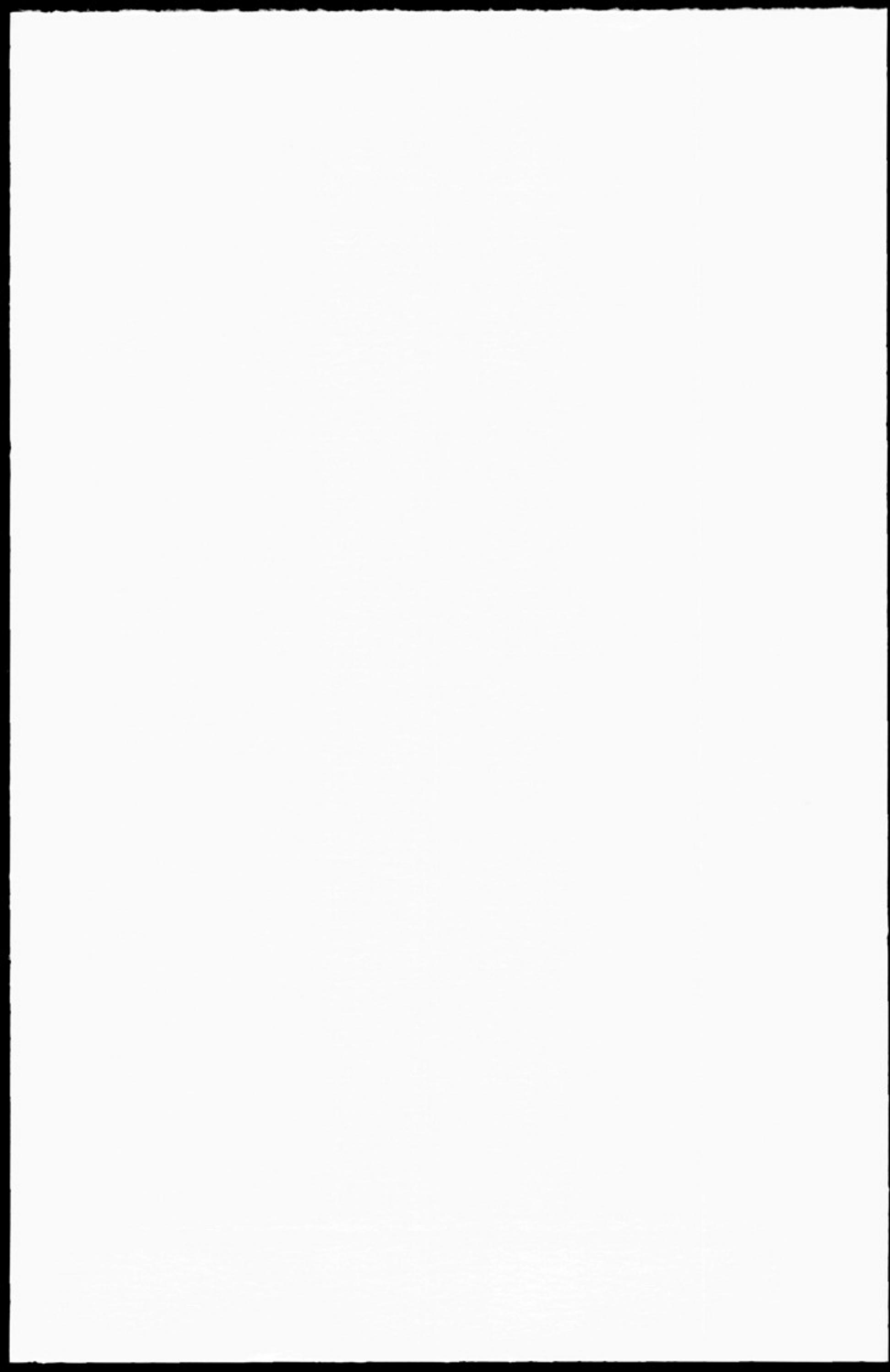
*REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA*



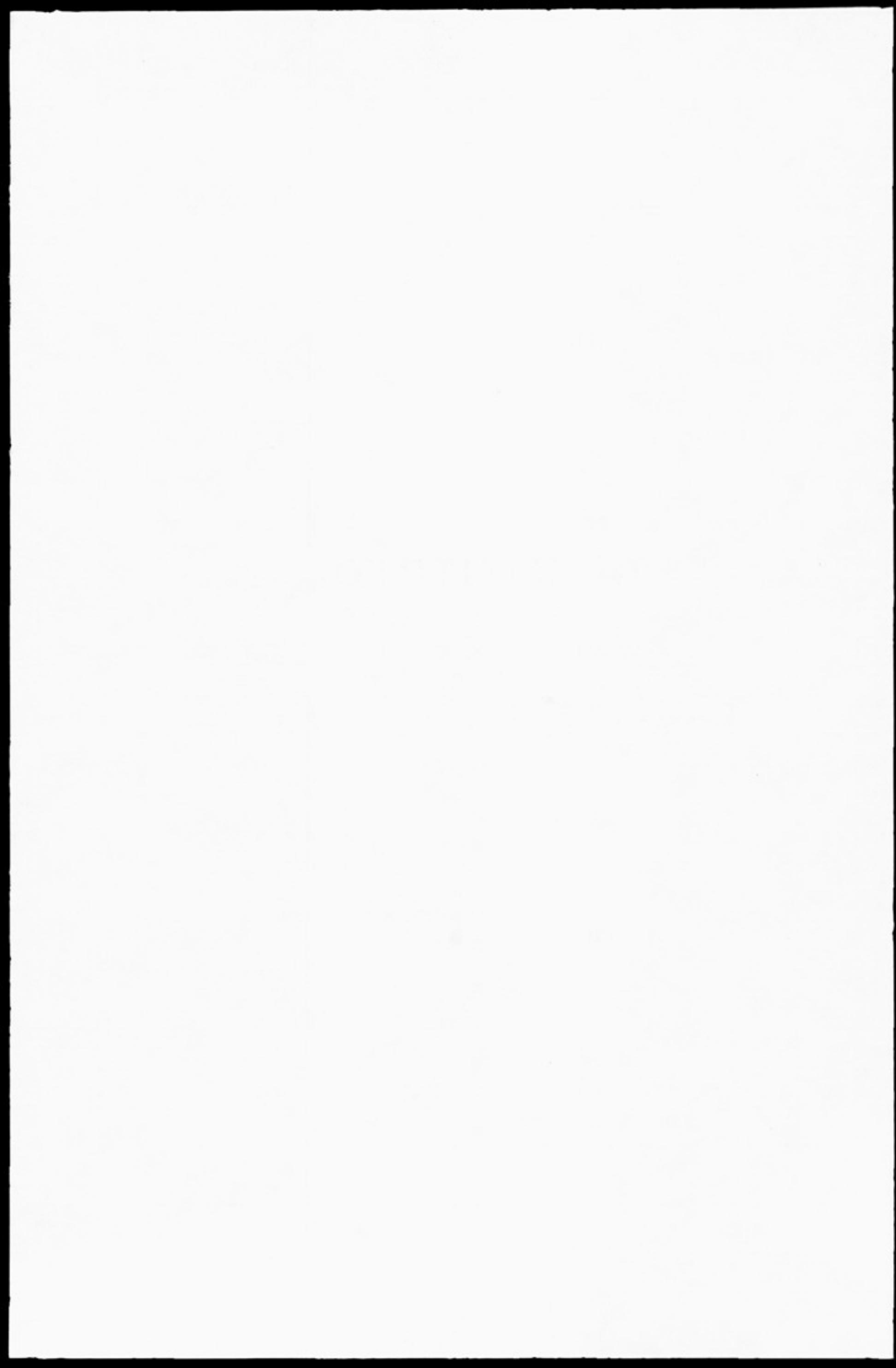
VOLUME CXXXVIII

*1.ª PARTE*

COIMBRA—1977



O INSTITUTO



# O INSTITUTO

*REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA*



VOLUME CXXXVIII

*1.ª PARTE*

COIMBRA — 1977

# INSTITUTO DE COIMBRA

## DIRECÇÃO

PROF. DOUTOR LUÍS MENDONÇA DE ALBUQUERQUE	<i>Presidente</i>
DR. JOAQUIM VITORINO NAMORADO . . . . .	<i>Vice-Presidente</i>
ARMANDO CARNEIRO DA SILVA . . . . .	<i>Secretário</i>
DR. JAIME ALBERTO DO COUTO FERREIRA . . .	<i>Tesoureiro</i>
PROF. DOUTOR JOSÉ NUNES PIRES DIAS URBANO	<i>Director da Classe de Ciências</i>
PROF. DOUTOR ORLANDO A. PEREIRA DE CARVALHO	<i>Presid. da Classe de Letras</i>
PROF. DOUTOR JORGE M. L. DE ALARCÃO E SILVA	<i>Presid. da Classe de Artes</i>
DR. LUÍS CRISTÓVÃO DIAS DE AGUIAR	} <i>Vogais</i>
DR. FERNANDO JOSÉ DE ALMEIDA CATROGA	

**A FORMAÇÃO**  
**DO SISTEMA ECONÓMICO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO**  
**SÉCULO XIX**

SENHOR GOVERNADOR CIVIL, SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA,  
SENHOR PROFESSOR LUÍS ALBUQUERQUE, MEU QUERIDO AMIGO,  
SENHOR PROFESSOR ORLANDO DE CARVALHO, DR. JOAQUIM  
NAMORADO, QUERIDOS AMIGOS  
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES:

Queria começar antes de mais nada por afirmar que não existem de facto razões para agradecer a minha presença aqui hoje, entre Vós. Sou eu quem terá de agradecer; manifestar a minha gratidão pela oportunidade que me foi concedida de estar nesta prestigiosa Associação, com uma longa tradição histórica e cultural, válida não só para Coimbra como também para todo o nosso País.

Felicito-me pois em face da oportunidade de poder trazer uma achega mínima ao conjunto de iniciativas programadas, se me permitem a expressão, no sentido de restituir ao «Instituto» aquela projecção que já teve no passado no desempenho duma missão que cumpre a todos aqueles que se interessam pela cultura, pela difusão de conhecimentos e dos progressos científicos, pelo alargamento do convívio cultural e da divulgação científica entre os portugueses, o que representa igualmente um dos elementos necessários ao desenvolvimento da nossa Pátria, um objectivo em que todos estamos empenhados.

Todas estas razões levaram-me a afirmar que não há motivos para me agradecer e que, pelo contrário, sou eu quem tem de estar agradecido pela oportunidade que me foi facultada permitindo objectivar uma das dimensões do papel dos intelectuais. Eles devem efectivamente mobilizar as capacidades que tiveram o privilégio de obter, no sentido de as colocar ao serviço da actividade específica em que porventura estão empenhados, contribuindo com essas capacidades,

não para uma mera promoção pessoal, mas para uma valorização de toda a sociedade a que pertencem e mesmo, numa visão ecuménica — na medida em que isso for possível —, para a valorização humana.

Neste aspecto ainda é necessário mais alguma coisa, é necessário que alimentem a correia de transmissão entre os trabalhadores intelectuais, por mais especializados que eventualmente sejam, e os seus concidadãos, até porque isso contribui para a própria formação cultural, intelectual e cívica de todos os trabalhadores intelectuais. E quando hoje defrontamos uma pesada herança que se expressa numa autêntica crise histórica da nossa sociedade, temos de estar todos ombro a ombro nessa tarefa colectiva, em que todos os portugueses verdadeiramente patriotas são responsáveis, no sentido de ultrapassar as nossas dificuldades. É evidente que a frente da luta cultural não é a decisiva; é porém uma das mais importantes.

É por isso que quem olha com interesse empenhado para a presente iniciativa de «O Instituto» reconhecerá que este ciclo de conferências não só vale por si mesmo mas é positivo ainda — porque não dizê-lo — como factor, por um lado, para a saída deste importantíssimo Organismo da paralisia que o atingiu durante os últimos anos e, por outro, como exemplo a seguir por outras colectividades culturais e científicas. Esse será um dos objectivos não só da minha contribuição pessoal mas sobretudo da discussão conjunta que se seguirá à exposição inicial — A sua capacidade de irradiação pedagógica.

\*

Foi-me sugerido que fizesse uma abordagem geral a alguns aspectos fundamentais da formação do sistema sócio-económico português contemporâneo.

É evidente que traçar uma perspectiva que agarrasse pelo menos os parâmetros essenciais da transformação da sociedade portuguesa que conduziram ao Portugal contemporâneo, à realidade do Portugal capitalista contemporâneo, face a um passado imediatamente anterior que até talvez seja inconcebível para muitos de nós, não seria fácil; é que aquele é uma totalidade imensa e altamente complexa; abrange não só os aspectos mais palpáveis e imediatos das condições de existência quotidiana dos homens, como cobre ainda as condições determinantes da existência e respeita a um leque imenso de fenómenos,

projectando-se sobre todas as condições de vida, as mentalidades e as concepções ideológicas.

Tentarei portanto um largo apanhado genérico para depois, segundo critérios expositivos que espero encontrarão a Vossa anuência, entrarmos numa reflexão comum sobre todas estas questões.

Começarei por frisar que se quizermos compreender o desabrochar do Portugal contemporâneo nas suas linhas imediatas teremos de remontar pelo menos ao último quartel do Século XVIII.

É realmente nesta época que se começam a esboçar e a tomar forma algumas das estruturas económico-sociais fundamentais que vão ser a mola propulsora dos acontecimentos que se observarão no primeiro quartel do Século XIX, nomeadamente a Revolução de 1820 e a evolução ulterior até ao triunfo do liberalismo. Porque a verdade é que a burguesia vintista não saíu do nada; não podia projectar-se na vida social, económica e política da maneira porque o fez se não resultasse dum processo evolutivo anterior.

Mas sabemos, por outro lado, qual era o grau de fragilidade das novas estruturas da colectividade portuguesa por volta de 1820, tomadas no sentido dos aspectos endógenos das novas forças sociais, na medida em que as relações do antigo regime ainda dominavam em vários planos, mesmo se considerarmos um quadro comparativo entre o nosso país e os países mais evoluídos por essa altura da Europa Ocidental.

Porém, se quizermos evitar cair no «Silas» de uma fenomotécnica ou no «Caríbedes» de uma especulação vazia, temos de observar estes fenómenos, tentando perscrutar o que está para além daqueles acontecimentos, daquelas notícias imediatas, desnudando as ligações internas mais significativas dos processos dinâmicos que elas traduzem. Ora se procedermos assim verificaremos que não será provavelmente da época e da política do Marquês de Pombal que resultaram as estruturas fundamentais que iriam dinamizar a vida colectiva abrindo o caminho à transformação da sociedade.

Importa evitar os perigos duma interpretação ideológica da política do Marquês, tanto mais que sabemos que durante muitos anos essas tendências dominaram entre nós: erguiam-se-lhe loas ou anatemizava-se consoante as concepções ideológicas e políticas de cada um. Trata-se de sermos objectivos. Há que reconhecer que o Marquês de Pombal viveu numa época de crise histórica do sistema económico português visto ter sido exactamente pouco depois do início do seu

governo que secou a fonte do ouro e dos diamantes do Brasil, que permitia até então combater os «déficits» da balança de pagamentos; foi no seu tempo que a dependência face à Inglaterra, que aliás já vinha de trás, se viria a manifestar com uma força asfixiante clara. Pombal realizou a sua acção dentro da estrutura duma sociedade senhorial; julgando viável defender o país dessa crise sem atingir os interesses da classe senhorial, que eram os preponderantes, supôs que isso seria compatível com o desenvolvimento industrial e do comércio. E não há dúvida que houve aspectos positivos. Se no sector agrícola a sua acção foi ligeira, no domínio industrial tomou a iniciativa de chamar muitos técnicos estrangeiros montando-se oficinas e manufacturas, como é largamente sabido; conduziu uma política comercial orientada no sentido da formação de grandes companhias de tipo monopolista, nomeadamente incidindo sobre o comércio com o Brasil. Porém o que significou essa política? Teria por acaso contribuído para a formação de condições essenciais a uma industrialização capitalista? Creio bem que não. Consistiu numa política dirigida a um certo alargamento da estrutura tecnológica da indústria, porém realizada sob o sistema de imposições coercitivas do Estado, de monopólios jurídicos completados por vezes com empréstimos favoráveis aos beneficiários. E se é certo que muitos desses avanços tecnológicos se não viriam a perder posteriormente, constituindo por isso um saldo positivo, se considerarmos as relações económico-sociais sem cuja transformação elas não poderiam estabilizar-se e constituir o ponto de partida para uma real arrancada, é claro que as estruturas internas e a força do domínio inglês não permitiam as transformações que só se iriam verificar algumas dezenas de anos mais tarde.

No entanto, se olharmos para o período posterior ao Marquês, sensivelmente aquém de 1775, verificaremos que se começam a notar algumas modificações estruturais as quais, embora pareçam mínimas a um observador que se atenha a aspectos imediatos mais ou menos aparentes, todavia apontam para transformações estruturais cumulativas operando concretamente na sociedade portuguesa.

Em primeiro lugar no que diz respeito à agricultura. É neste período que se acentua um certo progresso agrícola, que bem se pode considerar significativo, assistindo-se a um certo incremento da produtividade ao mesmo tempo que se conjugam factores que levam a uma alta dos preços; isto favoreceu o incremento da produção de certos géneros agrícolas além do vinho do Porto, artigo tradicional,

bem como dos gados na pecuária, alargando-se as exportações especialmente para o mercado britânico.

Esta situação favoreceu a acumulação de capitais agrícolas e certos investimentos neste sector.

Ao mesmo tempo são tomadas em escala crescente medidas, posto que circunstanciais e pontuais, dirigidas contra os interesses senhoriais tradicionais, algumas delas de resto emergindo já no tempo do Marquês de Pombal mas acentuando-se posteriormente. É assim que uma lei de 1769 e outra de 1770 (dos últimos anos do seu governo portanto) extinguem os morgados cujo rendimento anual não atingisse duzentos mil réis nos distritos da Estremadura e do Alentejo ou cem mil réis nos outros. Trata-se duma primeira machadada contra esta organização institucional ao serviço da estabilidade domínial dos senhores laicos. É certo que o morgado não era certamente o nódulo fundamental de estrangulamento do surto das novas relações económicas; porém, mesmo assim, representava um elemento freador da dissolução das relações de tipo feudal. E tanto é assim que a sua supressão completa iria demandar perto de um século; a despeito desta legislação, das medidas tomadas entre 1832 e 1834 pelos liberais, nomeadamente pela mão de Mousinho da Silveira, só depois de meados do Século XIX seriam totalmente suprimidos.

Outro fenómeno que se acelera nesta época, ainda que a partir dum processo que já se desenhava muito antes, foi o fenómeno da apropriação individual de baldios; ele intensifica-se nos fins do Século XVIII, quando se assiste à passagem à posse e propriedade individual de partes consideráveis desses terrenos de aproveitamento comum com origem medieval e mesmo pré-medieval, pois mergulhava por vezes as suas raízes em sistemas comunitários primitivos. Aliás já uma lei incorporada nas «Ordenações Filipinas de 1601 admitia a apropriação de terrenos baldios em circunstancias particulares. Foi este um processo que se estendeu por séculos vindo até os nossos dias; mas, ao acentuar-se aquém de finais do Século de Setecentos, traduziu a penetração das relações de produção individuais e mercantis na actividade agrária e pecuária.

Acresce que é precisamente no tempo da rainha D. Maria I que se assiste a um fenómeno de tipo inverso àquele que se verificou sob a política pombalina e que traduz precisamente o salto qualitativo que se processava. Enquanto antes eram concedidos a determinados indivíduos exclusivos para a montagem e produção de dados artigos

industriais, proibindo-se portanto que qualquer outro empresário pudesse fazer-lhes concorrência, agora algumas instalações que se encontravam sob o monopólio estadual são vendidas a particulares em regime de livre concorrência, sem o benefício de qualquer protecção imposta pela força. Foi isso que sucedeu com algumas instalações têxteis de Portalegre, da Covilhã e do Fundão. Isto reflecte uma modificação radical na estrutura das relações económicas porque sem a iniciativa do pequeno produtor autónomo não podiam historicamente surgir as grandes unidades empresariais, mesmo as manufactureiras, antes ainda de a revolução industrial fazer sentir as suas sequelas no nosso país com a introdução duma ou doutra máquina e da energia produzida pelo vapor. Sendo assim é evidente que é a partir da iniciativa do pequeno empresário industrial ou do pequeno aforrador, que vai investir os seus capitais acumulados, que podem emergir e desenvolver-se as novas relações económicas com um papel corrosivo decisivo sobre as velhas relações pluriseculares. Por outro lado, quando nos aproximamos do final do Século XVIII, na viragem para a Centúria seguinte, regista-se em Portugal uma importante animação de vários sectores da actividade industrial. São pequenas instalações que se fundam e se multiplicam; aplica-se inclusive uma política governamental dirigida à protecção dessas pequenas iniciativas; por exemplo nos começos do Século XIX põem-se em funcionamento as ferrarias instaladas junto da foz do Rio Alge. José Bonifácio de Andrade e Silva é nomeado intendente geral das minas para levar a cabo um aproveitamento sistemático da riqueza do sub-solo e realiza medidas concretas nesse sentido.

Multiplicam-se portanto as iniciativas de carácter industrial. Mas quando se fala em actividades deste género não se tem em vista outra coisa que não sejam pequenas instalações industriais ou manufacturas, que podendo ser já vastas, ocupando mesmo centenas de operários, todavia ainda desconhecem as máquinas. A máquina só vai surgir no nosso país algumas dezenas de anos mais tarde e é ela que constituirá o factor dinâmico arrastando a introdução de forças energéticas mais poderosas, a do vapor numa primeira fase durante quase três quartos de século e, somente já entre fins deste século e começos do Século XX, a energia eléctrica. Foi efectivamente a aplicação de máquinas que exigiu a introdução da energia do vapor, muito mais poderosa do que as conhecidas e menos dependente das condições naturais de implantação do que a energia animal e sobretudo da que

a energia hidráulica e a energia eólica utilizadas durante centenas de anos.

É também quando se aproxima o Século XIX que na região de implantação tradicional da textil de lanifícios se começa a observar um certo desenvolvimento, um certo progresso técnico e económico. É digno de registo que, por exemplo, os tecelões da época afirmem que numa das fábricas de lanifícios da Covilhã, a fábrica de António Pessoa de Amorim, entre 1808 e 1810, se tivessem levado a cabo tentativas para instalar máquinas no sentido histórico do termo, «as máquinas descobertas na Inglaterra» (sic).

No entanto este surto estancou e extinguiu-se.

Costumam invocar-se as invasões francesas para explicar todos estes fenómenos de decadência. E se é inegável que os seus efeitos foram negativos, não faltam os autores que muito acertadamente (incluindo muitos da própria época) apontam outro funesto acontecimento de relevância fundamental — O tratado comercial celebrado em Fevereiro de 1810 com a Grã-Bretanha. As suas condições estrangularam as possibilidades de desenvolvimento da indústria textil, quer da lã quer do algodão. Retomando o exemplo concreto mencionado há pouco, podemos afirmar que a iniciativa que se procurou tomar na fábrica textil de António Pessoa de Amorim, bem representativo da situação geral, não pôde ir por diante visto que a indústria portuguesa não podia competir com a inglesa.

Por isso muitos autores da época se rebelaram contra esse Tratado Comercial que veio jugular o incipiente surto da indústria capitalista que se começara a manifestar poucos anos antes.

No entanto, se estas eram as condições objectivas, a verdade é que, por outro lado, e a despeito destes enormes entraves, continuaram a progredir relações económicas de tipo capitalista, fundamentalmente as de tipo comercial; a elas juntavam-se as que assentavam numa poalha de pequenas oficinas e de algumas instalações manufactureiras deparando com os «muros» da concorrência inglesa e das estruturas senhoriais internas. As outras, as relações mercantis, iam não obstante alargando-se. Elas apoiavam-se no comércio com o Brasil, em certos fluxos de transacções com países europeus e também em algumas esferas do comércio interno português. Não é por acaso que entre o primeiro e o segundo quartel do Século XIX os grandes vultos do capital financeiro são também em regra grandes comerciantes e que depois de 1834 aparecem grandes comerciantes que são simul-

taneamente grandes proprietários rurais. Porém o progresso enfrentava enormes obstáculos. Basta recordar quanto tinha de absurdo antes do triunfo do Liberalismo o facto de os direitos de exportação chegarem a atingir 33% do valor das mercadorias, enquanto os ingleses colocavam cá os seus artigos pagando somente à roda de 15% de direitos de importação, o que é contrário a qualquer visão económica moderna acerca do fomento das relações comerciais externas em benefício do próprio país...

Esta burguesia mercantil constituiu sem dúvida a principal força determinante das modificações operadas em 1820 e 1834, tanto mais que se viu adicionalmente atingida quando os ingleses conseguiram impôr a abertura dos portos brasileiros aos seus produtos; o alcance desta imposição foi de tal ordem que entre 1808/1810 e 1814 a situação evoluiu de maneira que os ingleses passaram a colocar no mercado brasileiro dois milhões de libras de mercadorias, ao passo que Portugal já só conseguia exportar à volta de um milhão e meio. Ao mesmo tempo esta abertura ao comércio britânico não trouxe vantagens apreciáveis à economia brasileira visto que as suas exportações para a Grã-Bretanha não conheceram um crescimento que se comparasse ao das suas importações.

Porém, se isto aponta para limitações importantes ao progresso das relações mercantis em Portugal, não nega a sua linha dinâmica — assistiu-se de facto a uma acumulação de capitais, lenta mas real. E de tal maneira que esta classe pôde reunir forças suficientes para intervir triunfantemente nos primeiros trinta e cinco anos do Século de Oitocentos. Aliás essa força não se consubstanciava unicamente na sua expressão quantitativa em termos absolutos e relativos; ampliava-se graças ao apoio da pequena produção industrial de carácter mercantil, dos intelectuais, do proletariado rural e da ténue classe dos operários industriais, decorrendo da sua função progressiva medida pela sua actuação anti-senhorial, um denominador comum a todas essas classes e camadas sociais.

Não surpreende portanto que a burguesia tenha podido triunfar em 1820. Pôde além disso dar em seguida alguns passos no sentido da liquidação de alguns dos estrangulamentos que impediam a expansão das novas relações económico-sociais, o desenvolvimento das forças produtivas, isto é, no fim de contas, alguns dos obstáculos que impediam a transformação da sociedade portuguesa, de forma a que se pudesse passar àquela colectividade que vem até os nossos dias, com

um grande surto das forças produtivas (embora muito aquém das potencialidades existentes), com novas relações sociais, uma nova ideologia dominante e uma nova organização política. Se as medidas dos «vintistas» foram restritas, algum alcance no entanto tiveram no sentido do avanço a caminho dessa transformação histórica, bastando recordar a supressão de certos serviços pessoais impostos em benefício de entidades senhoriais, os direitos banais em resultado dos quais o produtor era impedido de montar certos meios de produção fixos para ter de utilizar aqueles que pertenciam aos senhores, a supressão de certos encargos tradicionais, como o «relego», a proibição imposta ao lavrador de venda do seu vinho durante alguns meses após a colheita afim de os senhores poderem escoar a parte que recebiam integrada na renda.

Para se formar um juízo aproximado acerca do carácter paralisador destes privilégios senhoriais basta atentar no significado dos «direitos banais»: Como seria possível um surto da agricultura quando o produtor era obrigado a utilizar o forno ou a prensa do senhor, vendo-se compelido a pagar um determinado montante em dinheiro ou em percentagem da produção pela sua utilização? Além de se vedar a iniciativa à expansão destes meios de produção, o sistema conduzia a que o lavrador procurasse reduzir ao máximo o tempo de utilização do forno, do moinho ou da prensa «banária» afim de reduzir o custo, ao mesmo tempo que com isso o cereal era mal moído, o pão insuficientemente cozido, o vinho ou a azeitona insuficientemente espremidos (uma situação que foi conhecida durante séculos: já o rei D. Diniz procurava tomar medidas contra os lavradores que esprimiam mal as uvas afim de se furtarem a este encargo e de subtrair parte da produção às rendas percentuais...).

O direito do «relego», pelo qual o lavrador era impedido de vender os seus excedentes de vinho durante alguns meses após a colheita (em regra até Março) não só criava dificuldades sérias à comercialização, traduzindo uma espécie de monopólio de venda a favor dos senhores que podiam assim lograr melhores preços, como podia criar dificuldades adicionais na medida em que as técnicas do fabrico, sendo rudimentares, criavam os riscos de o produto se estragar por vezes dentro de poucos meses após o fabrico...

Citam-se estas medidas não só para mostrar os avanços logrados entre 1820 e 1823 como também para chamar a atenção para a circunstância de eles terem sido limitados. Se a supressão dos direitos

banais, dos encargos sobre a circulação de produtos, do relego e doutras prestações coercivas constituiu uma modificação importante, todavia não representou a liquidação das estruturas senhoriais básicas.

Afim de surgirem novos passos — e passos fundamentais — será preciso aguardar mais catorze anos com o triunfo final dos liberais na luta contra os miguelistas. Acresce que foi no seguimento da Revolução de 1820 que, ainda no ano de 1821, se tomaram medidas que vieram aliviar o pesadíssimo encargo que representava a dízima eclesiástica, isto é, o pagamento às entidades religiosas de dez por cento da produção bruta; as providências então adoptadas consistiram em estabelecer que dora avante os produtores agrícolas e outros, ou os comerciantes, só teriam de entregar o montante que fosse indispensável à manutenção do culto religioso local. Foram igualmente suprimidos certos encargos que oneravam a venda de géneros agrícolas no mercado, o que veio favorecer um certo incremento da circulação mercantil e da própria actividade produtiva. No entanto este surto larvar, por assim dizer, encrostava-se no sistema de relações económicas do antigo regime, com a existência da massa gigantesca dos «bens de mão-morta», domínios cobrindo grande parte de Portugal e que pertenciam a organismos religiosos e a casas senhoriais laicas, como a «Sereníssima Casa do Infantado», a «Casa das Senhoras Rainhas», a «Universidade de Coimbra», etc.

Porém, é exactamente em resultado deste processo, que como vimos se vinha a desenhar com força crescente desde o último quartel do Século XVIII, intensificado com as medidas propiciadas pela Revolução de 1820, que se reforça o poder e a capacidade de auto-desenvolvimento das relações de tipo capitalista de que aproveitava a burguesia como classe delas beneficiária, intensificando o enfraquecimento da velha classe senhorial. Neste sentido são conhecidas as medidas tomadas ainda antes do triunfo do Liberalismo através do conjunto de decretos redigidos na Ilha Terceira por Mousinho da Silveira; eles tiveram uma força que não ficou atrás da de muitos batalhões do exército liberal, visto ter esclarecido amplas camadas da população acerca do lado de que se encontravam os seus interesses fundamentais, exigindo a libertação da terra, de forma a inseri-la nas relações mercantis e a supressão dos entraves à circulação comercial dos produtos, propiciando consequentemente o surto global da actividade económica, incluindo a industrial e a financeira.

Os decretos redigidos por Mousinho da Silveira, com os seus relatórios explicativos das providências adoptadas, incidiram não só sobre situações asfixiantes que existiam na Ilha Terceira e em outras ilhas dos Açores (como na pequena Ilha do Corvo), mas também sobre nódulos de tipo feudal reinantes no conjunto do país metropolitano e insular, apontando para aquilo que a burguesia realizaria caso triunfasse sobre o absolutismo que era a expressão política, económica e ideológica dos interesses do velho regime senhorial. Nesta ordem de ideias proclamou a supressão de mais um conjunto de morgados além daqueles que já haviam sido destruídos no último quartel do Século XVIII; é claro que esta providência, além do número limitado das instituições vinculares deste género atingido (e ainda porque só se dirigiam às menos importantes), não representava um fenómeno essencial ao funcionamento das relações de carácter feudal ainda dominantes; todavia reforçavam a sua estabilidade (aliás o morgado não constituiu uma orgânica visando exclusivamente a manutenção da unidade dos domínios territoriais da nobreza pois, embora com menor projecção, foi adoptado por proprietários não-senhoriais). Mousinho da Silveira decretou muitas outras providencias bem mais relevantes, como as «portagens», a siza que ficou a incidir unicamente sobre as transacções de bens imobiliários e limitada a 5% do valor das compra e venda, reduziu substancialmente os direitos de exportação que estrangulavam as possibilidades de desenvolvimento económico, tanto mais que, conforme se recordou atrás, este imposto chegava a atingir um terço do valor dos produtos, ao mesmo tempo que o montante dos direitos de importação era muito menor...

Porém uma das medidas mais importantes do Liberalismo consistiu sem dúvida no confisco geral e absoluto dos «bens de mão-morta», esse imenso fundo de congregações religiosas e instituições senhoriais laicas que escapava à transmissão de um titular para outro pelo facto de, não sendo pessoais, os seus donos não morrerem...

Este imenso conjunto de terras com as suas potencialidades, de instalações produtivas e de armazenagem de produtos, assumia um alcance decisivo afim de poder passar-se a um sistema capitalista dominante. E isto não resultava apenas da sua gigantesca dimensão em consequência duma acumulação estável ao longo dos séculos desde os primórdios da nacionalidade; derivava ainda do facto de a sua existência institucional representar um obstáculo inultrapassável ao estabelecimento do novo modo de produção. Aliás isto mesmo acon-

teceu em outros países. Daí que a sua apropriação burguesa também tivesse de se verificar em Inglaterra (alguns séculos antes), na França (em 1792), na Espanha (sensivelmente no mesma altura em que o confisco burguês do património fundiário da classe senhorial se verificou no nosso país), etc.

A sua massa era realmente gigantesca e nela estava a base essencial da força do antigo regime. Por isso a este problema já os «vinhistas» haviam prestado atenção, haviam prestado atenção àquilo que designaram e se passou a designar pela expressão «Bens Nacionais». Calcula-se, por exemplo, que por volta de 1820 existiram em Portugal 402 conventos de frades com um rendimento anual de 607.000\$00 e 132 conventos com 5.863 freiras e mais de um milhar de educandas e criadas. Os rendimentos totais destes 534 conventos, provenientes essencialmente da actividade agro-pecuária, subiria à quantia gigantesca para a época de 1.044.000\$00. E existiam ainda grandes organismos senhoriais laicos como por exemplo a «Casa do Infantado» constituída após 1640 com bens reguengos para sustento dos príncipes herdeiros; ora, por volta de 1834, os seus rendimentos anuais aproximavam-se dum total correspondente a 5% ou 6% das receitas públicas do Estado.

Reconheçamos no entanto que estas cifras oferecem uma importante margem de indeterminação quando pretendemos actualizar o seu alcance quantitativo em termos actuais. De facto importa entrar em conta com muitos factores e nem todos são quantificáveis quando utilizamos o método histórico-comparativo; no entanto poderemos admitir, se tivermos em conta as receitas do Estado como elemento de comparação, que se estabelecermos um cotejo com aquilo que seria hoje essa relação, que os rendimentos anuais da «Casa do Infantado» corresponderiam na actualidade a quatro ou cinco milhões de contos, pelo menos. A «Casa das Senhoras Rainhas de Portugal», constituída igualmente em meados do Século XVII como organização autónoma destinada a cobrir as despesas das esposas dos reis de Portugal, também possuía fundos enormes. Grande era igualmente a base dominal da «Universidade de Coimbra» e doutros organismos religiosos além dos mosteiros, como a «Basílica de Santa Maria Maior» e a «Patriarcal». Todos os seus bens foram confiscados. Aconteceu, no entanto, que essa transferência gratuita da propriedade para a burguesia se efectuou aqui em moldes algo diversos daqueles em que teve lugar noutros países europeus. Joaquim António de Aguiar, no

relatório do Decreto de 28 de Maio de 1834 que determinava o confisco dos bens das congregações religiosas, argumentava no sentido de que essa medida iria permitir a constituição duma classe de pequenos e médios agricultores, dando meios a quem não tinha um palmo de terra para cultivar. Mas o que aconteceu é que se à roda de quinhentas entidades vieram os seus domínios confiscados, os seus domínios extensíssimos foram porém entregues a baixo preço (e em condições altamente favoráveis) a pouco mais de seiscentas famílias burguesas!

Eles passaram assim para uma grande burguesia que se transformou numa classe de grandes proprietários rurais e de latifundiários. E se esta transferência da propriedade da terra se deu assim duma classe para outra — convem recordá-lo hoje — ela operou-se por mero confisco dos antigos possuidores, portanto sem indemnizações nem «reservas»; ao mesmo tempo, a burguesia deitou-lhe a mão em condições extremamente favoráveis, tanto quanto aos valores pelos quais esses bens foram postos em leilão, como pelas condições de pagamento visto que, em grande parte, o Estado recebeu papel-moeda depreciado pelo seu valor nominal, além de títulos de indemnização da guerra civil, quantas vezes perfeitamente desproporcionados com os reais danos sofridos pelos liberais que os receberam, como por exemplo, um título representativo do prejuízo da perda de milhares de cravos de ferraduras de cavalos exibido por um comprador, como recorda Oliveira Martins; tudo isto lhe permitiu afirmar que a burguesia entregou em grande parte, para chamar a si essas extensões vastíssimas de terras com prédios urbanos e outras instalações fixas, apenas «papelada»...

Esta apropriação, aliás, não se efectuou somente ao longo de 1834, visto ter-se estendido pelos anos seguintes, ao mesmo tempo que prosseguia a demolição dos fenómenos e relações do antigo regime que ainda subsistiam; o morgado, por exemplo, só desapareceu completamente após 1860.

É claro que muitos outros acontecimentos históricos haveria a registar, tanto ao longo do período da ordem de sessenta anos que analisamos aqui, como também para além do lapso de tempo compreendido entre 1775 e 1834, quando quisermos considerar as grandes transformações estruturais que tornaram possível o aparecimento do «Portugal contemporâneo».

Simplesmente, não podendo estender esta exposição inicial, supõe-se ao mesmo tempo que se apontaram algumas das relações económico-sociais e alguns dos eventos mais significativos, sem os quais essa transformação histórica se não poderia ter realizado. Na verdade eles foram essenciais afim de que o sistema capitalista se pudesse aprofundar e alargar vindo a constituir o modo de produção dominante, com um papel propulsor central na dinâmica histórica posterior no seu conjunto.

ARMANDO DE CASTRO

## DO ASSOCIATIVISMO AO SINDICALISMO EM PORTUGAL

Palavra de ordem lançada no dealbar do ano de 1848 — *Proletários de todos os países, uni-vos!* — renovada dezasseis anos mais tarde ao criar-se em Londres a 1.<sup>a</sup> Associação Internacional dos Trabalhadores, ela consubstancia e sintetiza o grande fenómeno característico da Época Contemporânea, que foi o alargamento, a tomada de consciência e a organização desse «quarto estado», o proletariado.

Os ecos daquela palavra de ordem chegaram a Portugal nos primeiros anos da década de 1870. Inserem-se numa fase de experiência associativa de carácter reformista, e vão por sua vez nortear uma nova e longa experiência de carácter cada vez mais acentuadamente sindicalista. É através desta dupla experiência que se vai corporizando o movimento operário português.

Vamos aqui tentar esquematizar este longo e por vezes complexo processo.

1. Com aquela proclamação de 1848 — *Proletários de todos os países, uni-vos!* — terminava com efeito o «Manifesto do Partido Comunista» redigido por Marx e Engels e publicado em Londres nos primeiros dias de Fevereiro, em vésperas portanto da revolução popular, proletária e pequeno burguesa, que a 23 desse mesmo mês eclodiu em Paris, e logo repercutiu um pouco por toda a parte na Europa: em Madrid, em Viena, em Berlim, em Itália, etc.

Proletária e pequeno-burguesa, a Revolução de Fevereiro marca o início da guerra de classes que, na Época Contemporânea, opõe o proletário à burguesia, como, em Épocas precedentes, opunha a burguesia às classes senhoriais, fosse a nobreza ou o clero. A partir de 1848 consubstancia-se, com efeito, o movimento operário na Europa, que já desde os anos vinte vinha fazendo o seu aparecimento na Inglaterra através das reivindicações *cartistas* e *trade-unionistas*. Um movimento que ia agregar o novo proletariado industrial, cada vez mais

numeroso e mais explorado, em oposição à espectacular acumulação capitalista, por sua vez mais concentrada e restrita às altas camadas da burguesia.

A palavra de ordem que incitava à união dos proletários procurava, por isso, responder ao estado de desorganização generalizada e às profundas tendências reformistas que grassavam no seio do proletariado, desde o início da revolução industrial. Esta iniciava-se a partir dos últimos decénios do século XVIII, primeiro em Inglaterra, depois em França e noutros países continentais.

A aplicação industrial da nova fonte de energia, o vapor, tinha permitido com efeito uma rápida acumulação de riqueza nas mãos dos detentores dos novos meios de produção, o que gerou uma economia capitalista desenvolvida, que por sua vez concentrou grandes massas de trabalhadores em novos mercados de trabalho, onde sofreram, sem qualquer protecção, as piores consequências da concorrência.

Criaram-se assim as contradições da nova sociedade, a sociedade burguesa, que entre nós tem perdurado até aos nossos dias: por um lado, a acumulação da riqueza nas mãos de uma classe minoritária mas privilegiada, detentora do poder político e manipuladora das alavancas do Estado; por outro lado, o agravamento da miséria das classes e das camadas mais vastas da população, principalmente do proletariado que, nos centros industriais, vivia em extrema penúria.

Durante a primeira metade do século XIX, vários escritores de nacionalidades diferentes, debruçaram-se atentamente sobre essa calamidade social: desde o suiço Simonde de Sismondi, em 1819 («Novos principios de economia política», Paris), aos franceses Emílio Buret («Da miséria das classes trabalhadoras na Inglaterra e na França», Paris) e Luís Renato Villerné («Quadro do estado físico e moral dos empregados nas manufacturas de algodão, de lã e de seda», Paris) em 1840, seguidos em 1843 pelo belga Eduardo Ducpétiaux («Da condição física e moral dos jovens trabalhadores, e dos meios de a melhorar», Bruxelles) e em 1845 por Frederico Engels («A situação da classe trabalhadora em Inglaterra», Leipzig). Nas suas obras, que constituíam autênticos inquéritos sociais, assinalava-se que muitos operários trabalhavam até 20 horas seguidas, e algumas crianças, de 6 a 8 anos de idade, 12 a 14 horas por dia.

Estes estudos correlacionam-se no domínio da literatura com um novo género de romance social que vai do populismo de Eugène Sue («Os Mistérios do Paris», 1842-1843) ao romantismo social de Victor

Hugo («Os Miseráveis», 1863) e mais tarde ao realismo de Zola («Germinal», 1885), autores que, diferentes no estilo e na forma, todos exprimiram, porém, as mesmas inquietações sociais e aspirações de justiça e de equidade. Foram os grandes anatomistas das contradições da sociedade capitalista e deram com as suas obras, de enorme aceitação pública, um forte contributo para a consciência colectiva dos desherdados da fortuna, elemento de coesão para a própria tomada de consciência da sua força colectiva.

O proletariado era considerado uma classe à margem da sociedade ou fora da lei. A designação tem, de resto, esse significado original. Proletário era, na Antiguidade romana, o indivíduo da última linha das classes sociais; isento de impostos, não era considerado cidadão; a sua utilidade consistia no trabalho e na capacidade de procriação, fonte portanto de mão-de-obra, quer para a produção quer para a guerra.

Na moderna civilização industrial, proletário é todo aquele que não tem outra fonte de remuneração que não seja o aluguer ou venda da sua força de trabalho.

Assim, considerado fora da lei e à margem da sociedade, o proletariado foi obrigado a revoltar-se desde o início da revolução industrial, e a organizar-se para obter satisfação às suas reivindicações. Na generalidade, o movimento operário começou por revoltas mais ou menos espontâneas contra os instrumentos de produção. Era a reacção primária ao desemprego e à miséria.

Foi assim que na Inglaterra, sobretudo durante o primeiro quartel do século XIX, os operários destruíram muitas vezes as máquinas. Um dos chefes mais destacados desta sanha destruidora era Ned Ludd, e por isso chamaram-se *luddistas* os operários que assim procediam. Em França, por volta de 1830, também os pequenos artífices apelaram para os poderes públicos no sentido de serem interditados os processos de fabrico mecânico. Na Alemanha houve máquinas destruídas durante uma revolta dos operários de Erbfeld (1829), e muitas outras já bastante mais tarde (1844), a quando de uma insurreição na Silésia. Houve *luddismo* também na Espanha, onde uma fábrica de Barcelona («El Vapor») foi incendiada em 1835, como protesto contra a introdução das máquinas de tecelagem.

E em Portugal? Aqui só por então começou a aplicar-se o vapor a algumas, muito raras, actividades industriais, moagens e transportes marítimos sobretudo. De modo que, não havendo ainda máquinas,

não podia haver *luddismo* propriamente dito. Mas em 1836 passou-se no Porto alguma coisa de semelhante: manifestações de cólera operária, com a destruição no cais da alfândega dos móveis de origem estrangeira que acabavam de ser desembarcados. Era mais uma reacção dos operários e artesãos de marcenaria contra a concorrência estrangeira à mão de obra nacional, do que propriamente contra as máquinas. Mas testemunha de qualquer modo o mal estar das classes produtoras e o terror perante a expectativa do desemprego.

Doutras manifestações deu testemunho Costa Cabral quando em 1846 se referiu em sessão parlamentar à hostilidade operária contra a substituição do tear manual pelo tear mecânico na Covilhã: «Abaixo o governo e queimem-se as fábricas» — foi o grito de protesto generalizado no seio dos trabalhadores. Mas não temos conhecimento de que das palavras se tenha passado aos actos.

Conhecemos outros casos não de destruição, mas de oposição à introdução das máquinas ou à substituição dos métodos artesanais pelos mecânicos que se prolongam até princípios do século XX, o que bem atesta a lentidão com que em Portugal a industrialização se produziu:

1879 — «O Operário», Porto, n.º 2. Queixava-se a que, no Porto, os chapeleiros já sofriam «a miséria que tem entrado em casa» em resultado das máquinas, e que agora são os tecelões que começam «a sentir um certo mal estar pela introdução dos teares mecânicos». Mas logo adverte que «o que é preciso não é combater a máquina», «o que é preciso combater é a propriedade da máquina nas mãos de um indivíduo, porque deste indivíduo fica dependente a sorte de milhares de trabalhadores», «o que é preciso é extinguir os fábricas e formar associações de produção-oficinas de trabalhadores».

1912 — «O Manufactor», Lisboa, 1-XI. «Os sapateiros em Silves recusam-se a consertar o calçado feito pela máquina». «Em Lisboa nas oficinas do Estado trabalhavam algumas centenas de operários que ficaram reduzidos a 50 com a introdução da maquinaria».

1914 — «O Arsenalista», Lisboa, 15.V. Exemplificava:

— Fiandeiros de algodão: 10 operários e 2 rapazes fazem o mesmo trabalho que alguns anos antes faziam 1.100 operários.

— Tecelões de algodão: 1 operário faz tanto trabalho como 50 tecelões.

— Estampadores de algodão: as máquinas aumentaram na proporção de 1500% de trabalho normal.

— Ferradores: 1 máquina e 1 operário produzem tantas ferraduras como 500 operários.

— Cortadores de lenha: de 500 operários ocupados nesta indústria 499 ficaram sem trabalho por causa da introdução das máquinas.

— Trabalhadores em prego: 1 máquina faz tanto como mil operários.

— Trabalhadores em aço: a máquina estabeleceu uma economia de 500% sobre a mão-de-obra»

E esclarecia:

«As máquinas açambarcadas pelo capital têm sido constantemente para o pobre uma causa de trabalho doloroso, de desemprego e de privações, ao ponto de o proletariado ter chegado ao desespero e ter lançado na destruição essas máquinas que lhe arrebatam a subsistência. Numa sociedade baseada na fraternidade universal e na cooperação mútua cada progresso industrial teria sido uma fonte de benefício para todos, em vez de ser uma origem de miséria para os produtores».

A par destas reacções, o movimento operário foi-se organizando pouco a pouco, ora contra a longa duração das jornadas de trabalho, ora contra a carestia da vida, os salários baixos e o desemprego.

2. Na Inglaterra, onde o processo da industrialização era o mais desenvolvido, podemos calcular a amplidão do movimento operário pelo facto de, já em 1819, um *meeting* haver reunido umas 60.000 pessoas, na maioria operários, em Peter's Field, perto de Manchester, o grande centro industrial. O comício foi dispersado pelas tropas, que carregaram sobre a multidão, tendo feito uma dezena de mortos e vários centenas de feridos. Começava aí a guerra civil permanente no seio da sociedade burguesa.

Tal violência não impediu, contudo, que seis anos mais tarde se verificasse uma grande greve dos operários dos estaleiros navais, que paralisou o porto de Londres.

Os movimentos colectivos davam assim uma noção objectiva da força do proletariado como classe independente e oposta à burguesia. Dessa forma se foi criando a sua consciência de classe, aliás enriquecida por uma vasta literatura de economistas ingleses, que acentuavam nos seus estudos o carácter social do trabalho, assim como do capital, da propriedade e do crédito. Paralelamente ao desenvolvimento das lutas de classe, formaram-se assim correntes de ideias sociais tendo em vista o objectivo de melhorar a situação dos trabalhadores.

Estas correntes, nascidas no seio de alguns sectores filantrópicos da burguesia, reconheciam a importância dos trabalhadores no processo da produção, e lançavam um grito moral de protesto contra a situação do proletariado, justamente considerado a classe mártir da nova sociedade. Orientadas para a pesquisa de um princípio de justiça social, estas correntes representam as primeiras manifestações do pensamento socialista, antes mesmo do aparecimento da palavra *socialista* no vocabulário político, o que só acontecerá mais tarde, a partir da década de 1830.

3. Os ideais socialistas, que em França e na Inglaterra começaram a exprimir-se desde o princípio do século XIX, revestiram-se inicialmente de formas idealistas e utópicas. Eram ideais inspirados pela análise ainda empírica das contradições da nova sociedade, pela tendência em considerar os sofrimentos individuais já não como uma fatalidade mas como um mal de origem social, e, enfim, visavam a tornar a sociedade responsável pela miséria e a degradação dos seus membros. Eram, numa palavra, uma ideia nova, cuja origem remontava a Rousseau, e que veio encontrar dedicados apóstolos ou mesmo militantes em filósofos e críticos sociais como Saint-Simon, Charles Fourier e Robert Owen.

Analogamente aos filósofos da época das Luzes, os primeiros socialistas submeteram as instituições à crítica, não reconhecendo outra autoridade além da razão. E, à sua semelhança, pretendiam instaurar a *justiça eterna* e a *paz perpétua*. Identificavam-se ainda no objectivo de procurarem uma organização racional da sociedade.

Mas, enquanto os filósofos do século precedente faziam incidir as suas críticas apenas quanto ao mundo feudal, os novos filósofos englobavam já na sua análise o sistema económico e social baseado na liberdade individual e na concorrência económica. O homem

era assim considerado não apenas como indivíduo, mas como membro de um agregado social para o qual tinha obrigação de produzir e do qual tinha o direito de receber sustento e assistência.

Foi este novo princípio social que orientou a crítica dos socialistas utópicos. Saint-Simon foi desse modo levado a proclamar o ideal de — «a cada um segundo a sua capacidade; a cada capacidade segundo as suas obras» — atribuindo ao Estado o papel de distribuidor dos instrumentos de trabalho. Fourier, por sua vez, concebeu os falanstérios como células de organização social (1.500 a 2.000 pessoas), em que o princípio de liberdade individual se combinava com o da solidariedade colectiva. E Owen, por fim, criou fábricas geridas por trabalhadores, e cooperativas de produção, de consumo e de crédito.

A propaganda desenvolvida por esses filantropos ajudava a tornar mais nítidas as contradições do regime capitalista. E, por outro lado, concitava as mais amplas camadas sociais, nomeadamente a classe operária, a acreditar na possibilidade de se criar uma sociedade completamente nova, baseada na igualdade e na cooperação. No sentido da igualdade, Owen chegou mesmo ao ponto de expor ideias hostis ao princípio da propriedade privada. Advogava que tudo, excepto os objectos de uso pessoal, devia converter-se em propriedade colectiva ou património social.

Mas os socialistas utópicos estavam por outro lado convencidos, por essa espécie de messianismo que caracteriza a utopia, que só eles e por puro esforço do seu raciocínio, tinham descoberto a solução definitiva de todos os problemas que se apresentam ao género humano. Daí que, ao oporem por exemplo o princípio da associação ao do individualismo, mostravam-se geralmente contrários à intervenção política e à participação activa das massas. Era à pena de escritores que confiavam, como apóstolos de novo evangelho, a propaganda e defesa dos seus sistemas.

Assim, e em resumo, os objectivos procurados pelos primeiros socialistas, ideólogos a um tempo burgueses e utópicos, foi a *reforma social* pela educação, pela associação e pela cooperação.

4. Em Portugal, as repercussões do pensamento socialista só começaram a tomar algum vulto a partir da revolução francesa de Fevereiro de 1848. Até então, havia-se mantido um vazio no sector associativo. Este vazio corresponde à crise de passagem da antiga sociedade feudal para a nova sociedade burguesa, operada através

de uma lenta e retardada revolução liberal que, iniciada em 1820, só em 1834 apareceu triunfante.

No antigo regime, as corporações das artes e ofícios associavam os produtores, geralmente trabalhando em regime de artesanato. Era através delas, imbuídas do espírito religioso que os identificava com as irmandades e as confrarias, que se criavam os laços de solidariedade na defesa dos interesses profissionais e de classe. Foi neste esquema que se inspirou mais tarde o sistema corporativo institucionalizado por Salazar e por Caetano. Só que, ao contrário dos objectivos das corporações medievais, que se esforçaram obstinadamente a deter a acumulação de capitais e a impedir que estes controlassem as trocas locais e a produção, o corporativismo do «estado novo» favoreceu, como bem se viu, a constituição dos monopólios e o domínio absoluto das forças do grande capital.

O liberalismo, porém, era incompatível com os processos corporativos, que constituíam barreiras à liberdade profissional e aos princípios económicos da livre concorrência. Por isso, em 1834, foram extintas (decreto de 7 de Maio) as corporações das artes e ofícios, declarando-se os diferentes grémios como «outros tantos estorvos à indústria nacional». Esta medida apareceu em Portugal retardada uma vintena de anos, visto que em 1813 o sistema corporativo tinha já sido extinto, quer, na Inglaterra (extinção da regulamentação de salários), quer na própria Espanha (extinção dos grémios).

Extintas desse modo — e só então — as associações profissionais características do antigo regime feudal, alguns escritores liberais portugueses socorreram-se dos socialistas utópicos para idealizarem novas formas de associação, sobretudo preocupados em prevenir a penetração em Portugal dos efeitos económicos e sociais já manifestados noutros países, decorrentes do sistema capitalista de livre concorrência — sobretudo a acumulação do capital, e a concentração do proletariado.

Inicialmente, as preocupações sociais entre os primeiros intelectuais do liberalismo foram ténues e quase esporádicas: Manuel dos Santos Cruz, médico e publicista, anunciou aspirações de reforma muito vagas em 1834 e em 1836; Francisco Solano Constâncio, residente em Paris, passou a tomar posições mais avançadas a partir de 1837; Silvestre Pinheiro Ferreira publicou também em Paris os seus projectos, em 1836 e em 1840. A própria Revolução de Setembro, eclodida em Lisboa em 1836, incentivou a criação de múltiplas associações. Por fim, já nos anos 40, foram Alexandre Herculano, Oli-

veira Marreca e António Feliciano de Castilho os propagandistas de teorias reformadoras a favor da pequena propriedade, do crédito mútuo e da associação dos produtores. Isto antes de se terem notabilizado cada um no seu ramo — Herculano na história, Marreca na economia, Castilho na literatura.

A defesa de propriedade, sob a óptica pequeno-burguesa de pretender evitar a acumulação do capital e as suas consequências sociais, era no final de contas o denominador comum das soluções preconizadas pelos reformistas do liberalismo português. Do mesmo modo pretendiam opor-se à penetração do movimento operário e às perturbações sociais já então bem patentes nos países industrializados.

5. Na verdade, o movimento operário tinha-se intensificado na Inglaterra. Com o direito de livre associação reconhecido desde 1824, o proletariado inglês desenvolveu a prática das associações de classe. Por todo o país proliferaram rapidamente as Uniões. O seu objectivo era a protecção do operário isolado, pela fixação dos salários, pela limitação do número de aprendizes, pela ajuda aos desempregados, etc. A difusão das cooperativas, a que Robert Owen deu por vezes grande impulso, contribuiu também para o desenvolvimento da prática associativa. Só entre 1831 e 1835 efectuaram-se na Inglaterra sete congressos cooperativistas.

Também a agitação política em favor de uma reforma eleitoral, aliada ao movimento sindical das *trade-unions*, permitiu que em 1834 se criasse na Inglaterra o Grande Sindicato Nacional Unificado, a primeira frente unida do proletariado a nível nacional. Este atingiu rapidamente um efectivo de meio milhão de aderentes. Era um forte movimento sindical, aliás apoiado pela pequena burguesia radical que encarniadamente lutou pelo sufrágio universal. Esta linha *cartista*, que em 1838 havia de consubstanciar-se na célebre «Carta do Povo», que era o seu caderno reivindicativo, fez depender a reforma económica e social de uma reforma política, e propiciou, pela forte unidade que à sua volta se produziu, as reivindicações sociais que levaram à fixação, em 1847, do limite de trabalho a 10 horas diárias.

Se a situação social na Inglaterra era, assim, susceptível de inquietar a burguesia liberal portuguesa, a situação em França não se mostrava mais tranquilizante.

A Revolução de Julho de 1830 já revelara a decisão revolucionária das camadas populares, quer em Paris quer noutros centros indus-

triais da França, onde o desemprego, após a introdução das máquinas e as primeiras crises de produção, provocava autênticas razias entre os operários. No grande levantamento dos *canuts* de Leão, em 1831, a cidade foi dominada durante alguns dias por milhares de operários, que gritaram o propósito de *viver livres trabalhando, ou morrer combatendo*. Três anos mais tarde, uma segunda revolta apresentava já objectivos mais definidos e reclamava mesmo a proclamação da república.

Muitos liberais portugueses, ainda emigrados em França quando esses acontecimentos sociais se desenrolaram, inquietaram-se por isso com as consequências que tais levantamentos eram susceptíveis de repercutir no seu próprio país, quando o novo sistema económico da livre concorrência aqui se instaurasse.

O agravamento das lutas sociais reflectiu-se também entre os católicos. Foi em 1831 que Lamennais publicou o seu estudo intitulado «Da escravatura moderna». Ao exaltar o proletariado, nele denunciava, por um lado, a oposição entre os trabalhadores e os capitalistas, e, por outro, a desigualdade das leis feitas pelos privilegiados para defesa dos seus interesses particulares e em detrimento do interesse do povo.

Dos livros que se ocupavam da crítica social, foram os de Lamennais os mais difundidos então no nosso país. Mas é curioso observar que foram outras obras do mesmo autor, aquelas em que se acentuava o sentimento místico, as que mais se traduziram em língua portuguesa: «Palavras de um Crente», com duas edições em 1836, uma de Castilho, outra de Pedro Cyríaco da Silva; o «Livro do Povo», em 1839, por Tibúrcio de Fraga; e, em 1841, a «Associação de Crédito Geral», por António Alves Martins, futuro bispo de Viseu e ministro do constitucionalismo monárquico. Quanto ao livro mais acutilante de Lamennais, «Escravatura moderna», só em 1845, catorze anos depois da sua publicação original, é que foi traduzido e publicado em Portugal.

Outros autores cristãos ou inspirados no cristianismo procederam por essa época, anterior ao socialismo científico, à crítica da sociedade burguesa. No «Novo Cristianismo» (1825) Saint-Simon defendeu que toda a Sociedade deve trabalhar para a melhoria da existência moral e física da classe mais pobre, o proletariado. Étienne Cabet, que em 1840 proclamou a divisa — «a cada um segundo as suas necessidades» (*in* «Viagem a Icaris») — identificou-se com o comunismo e propôs a comunidade dos bens numa obra de 1846, «Verdadeiro Cristianismo segundo Jesus Cristo». Por sua vez, o

católico social Buchez inspirou o primeiro periódico operário francês, «L'Atelier» (1840-1850). Pierre Leroux, autor «Do Cristianismo e da sua origem democrática» (1848), denunciou a monopolização por uma oligarquia dos instrumentos de trabalho, e pretendia colectivizar a propriedade por meio do Estado. Constantino Pecquer, o ideólogo da «República de Deus» (1844), hostil também à propriedade privada, pensava que o indivíduo nada devia possuir de seu e que a propriedade tem de ser comum. E, enfim, o alemão Guilherme Weitling defendia um comunismo igualitário e evangélico.

Mas de entre todos estes socialistas cristãos, apenas Lamennais, aliás mais liberal que socialista, interessou nessa época os intelectuais portugueses do liberalismo social. Só mais tarde, já em 1866 é que vamos encontrar influências de Buchez e de Leroux na obra de Pedro de Amorim Viana, a «Defesa do Racionalismo ou Análise da Fé», uma obra lançada ao ostracismo, aliás como o seu próprio autor.

6. Na década de 1840, uma vez difundidas as correntes socialistas em França, vemos surgir e difundir-se um socialismo de tipo pequeno-burguês, mais ou menos oportunista. É o caso manifestamente de Luís Blanc e de Proudhon.

O primeiro, ao mesmo tempo que proclamava o estabelecimento de uma república democrática e do sufrágio universal, defendia (*in* «Organização do Trabalho», 1839) a criação de «oficinas nacionais», ou sejam associações cooperativas de produção comanditadas pelo Estado, onde os operários receberiam salários iguais e participariam na gestão da empresa. Idealista e mesmo anti-materialista, Blanc pretendia que a superioridade das oficinas sociais traria como consequência a eliminação progressiva das empresas privadas, e a transformação, sem abalos, da estrutura política do país. Não contou com a força então ascendente da organização económica capitalista, nem com a inexperiência e a debilidade organizativa do proletariado do seu tempo. A Revolução de 1848, que elevou Louis Blanc a ministro do Governo Provisório burguês, evidenciará o grande fracasso dos seus planos. Isso, porém, não impede que encontremos em Portugal adeptos seus, mesmo depois de evidenciada na prática a sua derrota, em Custódio José Vieira e em Henriques Nogueira, dois reformistas de meados do século.

Por sua vez Proudhon, defensor da pequena propriedade e um dos representantes mais característicos do socialismo pequeno-burguês,

publicou em 1840 uma memória intitulada «O que é a propriedade?», na qual dá a célebre resposta, a um tempo demagógica e contraditória, de que «a propriedade é o roubo». Rigorosamente, não é a propriedade que condena, mas sim a fonte de rendimentos sem trabalho (renda, aluguer, juro, lucro), e antes se mostra adepto de uma república de pequenos proprietários.

Vista no seu conjunto, a vasta e contraditória obra de Proudhon exprime aspirações igualitárias e sentimentos de independência individual características das formas de produção artesanais, e marca a sua hostilidade aos sistemas de autoritarismo e de concentração. Por meio do mutualismo e graças ao que ele chamou crédito gratuito fornecido por um banco nacional, pretendeu também, apesar dos malogros de todos quantos o antecederam, que os produtores, isto é, os trabalhadores, pudessem abrir oficinas próprias e assim embolsar o produto integral do seu trabalho.

Depois da Revolução de 1848, na qual aliás se absteve de participar, lançou-se numa campanha a favor dos «bancos do povo», e chegou mesmo a dar constituição jurídica a um. Mas a experiência neste caso do crédito, como no caso da produção aconteceu com Luis Blanc, redundou noutra fracasso. O que, de resto, também não impedirá que em Portugal alguns reformistas, como Sousa Brandão em 1850, tentem criar análogas instituições de crédito.

Foi sobretudo o socialismo de tipo pequeno-burguês o que atraiu partidários em Portugal. Isto importa considerar para melhor se compreender as dificuldades que encontrou o movimento operário português em estruturar-se. Era uma reacção da pequena burguesia contra a tendência do grande capital oligárquico em esmagar o pequeno capital de poupanças, das grandes manufacturas de produção em arruinar as pequenas oficinas de artesanato, dos grandes armazéns em suprimir as pequenas lojas de comércio.

Efectivamente, os ideólogos desta corrente insistiram, em geral, sobre a necessidade de encorajar o comércio miúdo, a pequena indústria e a pequena exploração agrícola, como meios de evitar as consequências sociais da concentração capitalista.

Esta tendência foi tão forte entre nós, que não só os socialistas, mas também alguns políticos e economistas do constitucionalismo monárquico, como José Estevão e Oliveira Marreca (ambos, de resto, adeptos da promoção industrial do país) se pronunciaram em favor das soluções de tipo pequeno-burguês. José Estevão professou entre

1840 e 1844 um curso de economia política, onde repetia a sua fórmula preferida, ainda que vaga: *moralizar, desaccumular, repartir, produzir*. Oliveira Marreca, por seu turno, propunha em 1849 medidas tendentes a *eleva os trabalhadores à classe de proprietários*.

Uns e outros procuravam deste modo harmonizar a necessidade sentida de ver aumentada a produção com o desejo idílico de impedir as concentrações operárias e as lutas sociais inerentes ao capitalismo. Assim, e devido ao atraso económico do país, embora as primeiras correntes do pensamento socialista tenham influenciado, em certa medida, os nossos escritores liberais preocupados com reformas, a verdade é que o socialismo manteve-se entre nós, e ainda por muito tempo, mais como uma atitude intelectual, ou moral se quisermos, do que inspiradora de uma corrente proletária.

7. Com efeito, desde o triunfo do liberalismo em Portugal (1834) começaram a vigorar modalidades associativas, mas eram essencialmente associações da burguesia triunfante. Sob a designação geralmente de *sociedades*, procuravam congregar os elementos válidos da burguesia dispostos a promover o desenvolvimento da indústria, do comércio, das artes e de todos os conhecimentos úteis. Assim, por exemplo, a *Sociedade Promotora da Indústria Nacional* (1834); a *Associação Mercantil de Lisboa* (1834), hoje Associação Comercial; *das Ciências Médicas do Porto* (1833) e *de Lisboa* (1835); *de Instrução Primária em Lisboa* (1835); *dos Amigos das Letras em Lisboa* (1835); as *Sociedades Jurídicas*, quer em Lisboa, quer no Porto (1835); a *Sociedade Farmacêutica Lusitana* (1835); a *Promotora dos Melhoramentos do Distrito de Aveiro e da ilustração dos povos do mesmo distrito* (1835); a *Civilizadora do Distrito Administrativo de Castelo Branco* (1836); etc. etc.

Em 1836, uma vez triunfante a Revolução de Setembro, mais se fortaleceu a tendência associativista. Logo na segunda semana da revolução, ainda com as massas populares de Lisboa mobilizadas, uma portaria de Passos Manuel, mais doutrinária que executiva, preconizava a constituição de associações. Mas era essencialmente um incentivo à iniciativa da burguesia, como se deduz da natureza das associações preconizados: agrícolas, comerciais e fabris. Eram associações destinadas a agrupar os detentores dos meios de produção.

É certo que outro tipo de associações resultou deste surto setembrista. Por exemplo, a *Associação Civilizadora* (Porto, 1836) e a *Sociedade dos Amigos das Letras*, que encarrega Alexandre Herculano

de redigir um jornal próprio. Em 1837 funda-se a *Sociedade Propagadora dos Conhecimentos*, que vai publicar o «Panorama», revista de grande relevância no movimento literário e cultural do século XIX. Mas os objectivos atendiam essencialmente aos interesses da classe triunfante, progressivos sim, mas delimitados quanto ao âmbito do sector social, a burguesia.

De carácter propriamente operário só se conhece nesse período a *Associação dos Artistas Lisbonenses*, fundada em 1838 e considerada a mais antiga associação operária portuguesa. Deve-se à iniciativa dos profissionais de ourivesaria, e tinha objectivos essencialmente mutualistas. Frente à ofensiva do capitalismo, os operários portugueses, ainda predominantemente artesãos, começavam a procurar defender-se das consequências funestas do individualismo.

Mas a iniciativa determinante na actividade associativa ainda pertencia à burguesia.

A burguesia liberal portuguesa compreendeu muito cedo, e tirou disso um grande partido, que mais lhe convinha, perante o espectro da proletarização que engrossava nos países industriais da Europa, ser ela própria a tomar a iniciativa de criar e canalizar, isto é, controlar, conter, o movimento associativista operário. Teve para isso os seus próprios ideólogos e animadores. O corporativismo salazarista e caetanista será um século mais tarde apenas uma imitação dos ideólogos burgueses de oitocentos.

Assim, em 1840, um velho liberal e antigo ministro de João VI, agora residente em Paris, Silvestre Pinheiro Ferreira publicou aí um «Projecto de Associação para o melhoramento da sorte das classes industriais». Este «Projecto» apresenta-se como um sistema de organização social, ainda que incompleto, concebido à semelhança do que haviam feito os socialistas utópicos, mas com propósitos mais modestos. É apenas um filantropo, essencialmente interessado em incentivar a actividade produtiva, ou, como ele próprio escreve, «levantar aquelas classes do estado de abatimento em que actualmente jazem». Era a preocupação de tentar pôr um pouco de ordem no caos económico e social resultante da livre concorrência e do individualismo desenfreado. Procurava, no fundo, preencher a lacuna criada pela supressão, dezasseis anos antes, das corporações de artes e ofícios. Em face da questão social nascente, das crises de superprodução e do aumento alarmante da pauperização, alguns sectores da classe dirigente começam a preconizar a intervenção do Estado nos problemas

económicos e sociais. É assim que Pinheiro Ferreira lança mão aos modelos das corporações medievais, sob a forma moderna de associações, e apresenta todo um esquema de tipo corporativo, que retira ao defunto «Estado Novo» qualquer originalidade ao seu proclamado sistema corporativo.

Para Pinheiro Ferreira, «a associação das classes industriais» seria composta por todos quantos quizessem auxiliar-se mutuamente para os casos em que, conforme preceitua o art.º 1.º, «acidentes naturais, a maldade dos homens ou o abuso do poder, houverem causado prejuízos inevitáveis». Para esse efeito, eis a estrutura corporativa preconizada no art.º 3.º: «Cada grémio seria composto de profissões ligados entre si pela analogia dos processos em suas operações, ou pela identidade das matérias primeiras que empregam; ou de profissões que, concorrendo para um mesmo fim, se acham ligadas por uma comunidade de interesses». Temos aqui, como se vê, enunciado o princípio definidor dos «ofícios correlativos» imposto um século mais tarde aos sindicatos fascistizados.

O sistema compreendia também a atribuição, confiada às associações, de «fixar a tarifa dos salários de cada um desses ramos, ou o princípio em cuja conformidade se deve fazer a distribuição dos lucros e perdas». Estava ainda previsto o estabelecimento de acordos coletivos de trabalho «entre os procuradores das partes interessadas».

O sistema de Pinheiro Ferreira era em parte inspirado nas formas corporativas antigas, mas tinha agora como diferença importante o seu carácter laico e não de corporações religiosas. De qualquer modo, porém, insere-se na corrente do associativismo burguês que foi muito nítida em Portugal, assim como na Alemanha. Engels denunciou em 1845 esta corrente reformista, quando fala, no prefácio a «Situação das Classes Operárias», nas filantrópicas «associações pela elevação das classes laboriosas». No seio dessas associações também a burguesia alemã procurava desnaturar a questão social, partindo das opiniões mais ridículas e mais insípidas sobre a situação dos operários.

Esta tendência do associativismo de inspiração burguesa vai revigorar-se entre nós em meados do século, como reflexo e em consequência do surto revolucionário de 1848, iniciado em Paris com a Revolução de Fevereiro.

O caso mais imediato e mais saliente foi o do poeta António Feliciano de Castilho. Instalado nos Açores (Ponta Delgada) desde 1847,

criou aí com alguns amigos, em fins de 1848, a *Sociedade dos Amigos das Letras e das Artes*. Além de uma iniciação literária e artística para os camponeses, propunha-se a Sociedade criar também um estabelecimento de crédito misto, que fosse ao mesmo tempo caixa económica, banco industrial e montepio.

8. Só verdadeiramente a partir de 1850 é que entre nós os operários começam a ganhar alguma força no movimento associativo, ainda que actuando em conjunto com elementos da burguesia.

Com efeito, foi neste ano que se fundou em Lisboa a *Associação dos Operários*. Tinha no seu seio a representação de 16 profissões, entre elas as dos tipógrafos, dos segeiros, dos serralheiros, dos pedreiros, etc. Mas além destas profissões tipicamente operárias, isto é, de trabalhadores que alugavam ou vendiam a sua força de trabalho, estavam representadas também profissões liberais, como as de engenheiro (de pontes e calçadas, Sousa Brandão), de escritor público (Lopes de Mendonça), de negociante (de pedras, António Augusto Xavier) e de industriais, como era o caso do próprio presidente da associação (Morais Mantos).

Assim, a *Associação dos Operários* só demagogicamente podia ser considerada nesse meado do século como uma associação proletária. A promiscuidade, aí consubstanciada, entre a classe burguesa e a classe operária tinha já o objectivo, perfeitamente aclarado no espírito da burguesia, de solapar a dialéctica da luta de classes. É isso que se exprime, aliás sem ambiguidade, no documento aprovado na primeira reunião (1-IX-1850), ao declarar-se que «o principal fundamento desta associação é o relacionamento das classes». Relacioná-las, portanto, com vista a iludir o natural antagonismo entre os que possuem e os que trabalham.

Esta associação contra-natura entre as duas classes antagónicas não impediu a constituição de algumas associações profissionais mais acentuadamente operárias, ainda que mescladas com profissões mais propriamente artesanais, como as dos sombreiros, dos alfaiates, dos serralheiros, dos carpinteiros e pedreiros, dos barbeiros, a *Associação Fraternal dos Sapateiros e Artes* que trabalham em cabedal, a *Associação dos Artistas e Operários para teatros, bailes e filarmónicas*, etc.

A profissão que mais carácter proletário imprimiu à sua associação foi a dos tipógrafos, criada uma em Lisboa em 1850 (*Associação Tipográfica Lisbonense e Artes Correlativas*), e outra no Porto dois anos

depois (*Associação dos Tipógrafos do Porto*). No entanto, ambas elas tiveram a presidi-los, como se fosse uma garantia de cidadania, intelectuais extraídos da classe burguesa: na de Lisboa, o engenheiro de pontes e calçadas Sousa Brandão; na do Porto, o advogado e proprietário duriense Custódio José Vieira. No entanto, a *Associação Tipográfica Lisbonense* resultou já de uma greve dos tipógrafos, talvez a primeira greve portuguesa de operários da indústria, a qual se verificou nas oficinas gráficas onde se imprimia o Jornal «Revolução de Setembro».

Para melhor atrair e fixar a adesão dos operários aos propósitos tutelares da burguesia liberal, ainda assim da facção menos conservadora da burguesia portuguesa, surgiu nesse mesmo ano de 1850 a revista «Eco dos Operários». Embora fundada por intelectuais da burguesia ou pequena burguesia (Sousa Brandão e Lopes de Mendonça), afirmava-se em grandiloquentes escritos aberta à colaboração dos operários, e procurou até, de todo o modo, estimular a sua participação no corpo redatorial da revista. A partir do N.º 23 (Outubro de 1850), entra com efeito para a redacção o tipógrafo Vieira Júnior. Desde então, a revista enuncia orgulhosamente no cabeçalho: «Colaborada por literatos e operários». Outros operários, geralmente tipógrafos, chegam de facto a colaborar na revista, como Ferreira de Matos, A. J. de Oliveira, José António de Amorim, Guilherme Teixeira, M. C. Cabellos, J. A. da Silva, M. J. Aurício, José Maria Chaves, este serralheiro, e Gomes de Amorim, sombreiro de profissão, poeta-operário como se pretendeu, e depois apadrinhado pelo visconde de Almeida Garrett, de quem foi o biógrafo.

Esta primeira tentativa de imprensa operária em Lisboa teve contrapartida no Porto através de duas publicações de inspiração socialista: «A Esmeralda» (1850-1851) e «A Península» (1852-1853). Mas em ambos os casos nortenhos, o meio preconizado para a defesa dos trabalhadores era sobretudo a doutrinação por via literária. A «Esmeralda» proclamava logo no seu primeiro número: «o milagre da nossa regeneração social há-de ser o jornalismo que o há-de operar pelas vias pacíficas». Quanto à «Península», preconiza todo um apostolado de pedagogia social, mas através, como lá se escrevia, do «verbo regenerador». Pode por isso dizer-se, também neste caso, que «ao princípio era o verbo»... Uma e outra revista foram criadas por jovens intelectuais burgueses, bem ciosos do seu orgulho elitista de feição paternalista.

Os socialistas portugueses de então, como muitos ainda hoje, entendiam por proletariado uma massa destinada a ser conduzida pelas camadas filantrópicas da burguesia e ditas esclarecidas: denunciavam os monopólios resultantes da acumulação capitalista, mas evitaram toda e qualquer análise objectiva, científica, das causas que a determinam; e daí que, fieis de resto à sua vocação de classe, fossem hostis a toda a ideia de colectivização da propriedade dos meios de produção, e manifestassem a sua determinação de não reconhecer à classe operária o mínimo papel determinante no processo de transformação social.

Se, por um lado, denunciaram os abusos do capital e da propriedade, defenderam por outro a passagem dos trabalhadores a proprietários, ou mesmo capitalistas, na base de uma pequena propriedade e de um pequeno capital.

É este objectivo de ideais pequeno-burgueses que exprime o verdadeiro sentido do associativismo dessa época. É o antídoto do que então se chamava os «absurdos da concorrência». A expressão «crédito pelo trabalho», que muitas vezes se encontra em Lopes de Mendonça, tem o mesmo sentido. Outro *socialista* dessa época, Casal Ribeiro, empregou mesmo a expressão «extinção do proletariado» (1848). O aparecimento do nascente proletariado industrial era, na realidade, o pavor da burguesia esclarecida de então.

No mesmo plano se encontra Sousa Brandão. Este declara de forma precisa e sem equívoco o objectivo «capitalista» da «associação pacífica» dos operários. Escreve ele: «A indústria é a mola real da vida, organizá-la é a primeira condição da sua prosperidade. A sua organização não deve, porém, depender do Estado, como o têm querido os comunistas, mas sim do impulso próprio e espontâneo dos operários, da sua associação pacífica, das suas relações íntimas, da solidariedade dos seus interesses. Em vista destas considerações — prossegue Sousa Brandão — o banco dos operários não podia deixar de ser a base da sua constituição de trabalho.» O nosso proudhoniano conclui depois: «O pessoal da indústria é numeroso, a convicção começa a apossar-se dos operários e não haverá um — pensava ele — que deixe de concorrer com o resultado das suas economias — ora veja-se! — para se tornar *capitalista*».

9. O ano de 1852 aparece-nos assim como sendo o ano de animação das intenções reformistas de uma parte da burguesia portuguesa,

na sequência exactamente das ilusões *regeneradoras* desencadeadas um ano antes pelo golpe militar do marechal Saldanha, que então obteve o bastão do comando em chefe.

A coligação de setembristas e cartistas moderados, que em Maio de 1851 tinha destituído do governo o conde de Tomar, implantou uma nova oligarquia com efeito mais hábil que a do já odiado Costa Cabral. Das ilusões reformistas então desencadeadas, nem o próprio Alexandre Herculano pôde esquivar-se, demagógicamente estimulado por Saldanha a colaborar num hipotético plano de reformas. Foi então que muito ingenuamente redigiu um projecto de decreto destinado a obstar que os maninhos viessem a acumular-se, malbaratados e incultos, nas mãos de poucos e já abastados proprietários. Foi aí que o historiador proclamou a enfiteuse como a panaceia da questão social, através da divisão da propriedade. Esta modalidade — afirmava — será «o instrumento mais poderoso que se pode empregar para trazer o proletariado à propriedade».

Considerando a questão agrária como a mais grave questão social portuguesa, uma vez que o liberalismo, neste domínio, transferira apenas a antiga propriedade senhorial para a moderna propriedade dos latifúndios capitalistas, Herculano explicita claramente o seu objectivo, dirigindo-se à Rainha, a quem destina o projecto: «O alvo do presente projecto de decreto é abrir o caminho ao homem de trabalho para o goso puro e legítimo que nasce do sentimento de propriedade».

Vê-se assim, por esta convergência de posições, quer no sector da agricultura, quer no sector da indústria, que uma fracção significativa da burguesia liberal portuguesa tinha uma consciência de classe muito nítida ao procurar associar os trabalhadores aos seus interesses de proprietários. O próprio Saldanha, quando em Junho de 1852 discursa na Câmara dos Pares, é muito claro ao proclamar que a *Regeneração* se instituiria «para salvar estes reinos de uma revolução popular cujos resultados ninguém poderia prever». (Então, como hoje...)

A consciência de classe da burguesia liberal portuguesa era tão aguda e operante, essa sim, que tudo isto se passou em Portugal mesmo antes que em França Luís Napoleão se proclamasse imperador, através do golpe de Estado de 2 de Dezembro (1852) o célebre Dezoito Brumário, para dominar as reivindicações operárias e poder avançar, aliado à Inglaterra, na exploração bancária das pequenas nações.

A manobra política dessa nova oligarquia instalada em Portugal sob o rótulo demagógico de *Regeneração*, produziu ainda, no domínio do associativismo, outra iniciativa que importa analisar. Foi a criação, também em 1852, do *Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*.

O objectivo do *Centro* era difundir o ensino, organizar asilos para inválidos e aperfeiçoar os métodos de trabalho. Os seus estatutos, redigidos pelo campeão burguês do associativismo, o nosso já conhecido engenheiro de pontes Sousa Brandão, lograram aprovação oficial no ano seguinte (16.VI.1853), começando logo a publicar-se o «Jornal do Centro Promotor» (1853-1854). O *Centro* foi de início auxiliado pecuniariamente por um destacado elemento da alta burguesia, o também nosso conhecido conde de Casal Ribeiro, que em 1859 ofereceu dez contos de reis em inscrições, para a fundação de uma escola.

Animadores desta iniciativa associativista foram ainda dois grandes políticos da *Regeneração*, ou sejam representantes também da grande burguesia — António Rodrigues Sampaio, presidente do *Centro* durante os primeiros dez anos, quando era grão-mestre da Maçonaria portuguesa; e Rodrigo da Fonseca Magalhães, celebrizado pela alcunha significativa de *raposa*, que em 1856 também ofereceu um donativo de 48.000. Trata-se de gestos demagógicos destinados a obter a simpatia e o apoio populares para alcançar os desígnios dos suas altas ambições políticas. Era-se ao tempo presidente ou benemérito da direcção do *Centro Promotor*, como recentemente se era, ou é ainda, dos grandes clubes futebolísticos do *Sporting* ou do *Benfica*.

Organizado e sustentado, portanto, com o patrocínio de políticos regeneradores, o *Centro* havia, conseqüentemente, de ter a sua actividade bem assegurada por tais políticos. Com efeito, logo os dois primeiros artigos dos estatutos acautelavam a interferência do Estado burguês na sua orientação. Dizia o primeiro que «nenhuma mudança se poderia fazer nos estatutos aprovados, ou estender as suas prescrições a objectos que não estivessem literalmente compreendidos neles, sem prévia autorização do governo»; e o segundo que, por sua vez, «o governo poderia, todas as vezes que entendesse conveniente, nomear agentes para fiscalizar os estabelecimentos que a associação se incumbia de levantar, e poderia declará-los dissolvidos, quando se verificasse que não correspondiam aos fins para que eram criados».

Como se vê, também neste aspecto de controlo e repressão da vida associativa, o defunto «estado novo» corporativo não primou pela originalidade. O Estado burguês, quando dominado pela grande burguesia, sempre temeu e reprimiu a liberdade de associação e de iniciativa popular.

Um sindicalista português do princípio do nosso século, (Manuel José de Sousa), referindo-se a este primeiro período do *Centro Promotor*, acentua por isso muito justamente o predomínio burguês: «No seu seio tem operários, sim, mas o maior número é gente das classes médias, intelectuais e burgueses, entre os quais houve quem se utilizasse do Centro para se guindar aos poderes do Estado à custa do prestígio ali criado».

Estávamos assim, neste princípio da segunda metade do século XIX, numa fase de associativismo híbrido e colaborante, englobando classes antagónicas, dominado no próprio seio orgânico das associações, pela classe dirigente, a burguesia, detentora das alavancas do Estado. E não foi marginal nem insignificativo o movimento associativista nessa época. Foi, pelo contrário, um movimento avassalador. Pelos dados recolhidos por Costa Godolfim, autor da importante, monografia sobre «A Associação», publicada em 1876, sabe-se que em 1854, o número de sócios englobados nas diferentes associações de Lisboa e Porto era de 2.114, quando em 1863, apenas nove anos volvidos, era já de 12.000 só em Lisboa, e cinco anos mais tarde 90.000 só no Porto. Contavam-se então 256 associações nas duas grandes cidades do reino.

Umas eram associações de trabalho; outras procuravam o meio de o criar; algumas contentavam-se em ministrar — para o futuro — instrução artística aos associados, e para isso diligenciavam estabelecer oficinas-modelos, que aliás parece nunca terem chegado a criar-se. A maior parte das associações patenteava a aspiração de ter um bazar para a extracção, a venda dos produtos da sua indústria, e ao mesmo tempo encher armazéns próprios com as matérias primas que transformavam. Estes objectivos traduzem claramente a angústia dos pequenos produtores e artesãos perante a concorrência avassaladora do grande capital.

Mas a maior parte eram sociedades de socorros mútuos. Entre 1852 e 1866, criaram-se 113 destas associações, devidamente autorizadas pelo ministério dos Trabalhos Públicos.

Estas são as linhas gerais da longa e sinuosa caminhada percorrida pelo associativismo reformista em Portugal, depois da instauração do liberalismo. Um associativismo que, mesmo quando se rotulava de operário e como tal buscava operários para o seu seio, era na realidade dirigido, incentivado e controlado pela burguesia dominante, exactamente pelas camadas mais esclarecidas da sua consciência de classe.

10. Isso não obistou, porém, a que, pela força dinâmica das próprias contradições inerentes ao sistema capitalista, o associativismo reformista burguês não acabasse por transformar-se na escola do autêntico associativismo operário, que em breve iria conduzir ao sindicalismo. Os operários aproveitaram também, na realidade, a experiência adquirida naquelas associações para aí começarem a forjar igualmente a sua própria consciência de classe, pois, ao fim e ao cabo, eram centros de convivência profissional e de solidariedade. A própria acção demagógica dos políticos do constitucionalismo monárquico acabaria por desmascarar-se aos olhos dos trabalhadores e de mostrar a sua verdadeira face.

Foi o que acabou por acontecer em 1871, ano fulcral para o arranque do movimento operário português e para a sua ligação ao movimento operário internacional, iniciado em 1864 com a criação em Londres da Associação Internacional dos Trabalhadores, hoje mais conhecida por *Primeira Internacional*.

Com efeito, a palavra de ordem com que Marx e Engels em 1848 haviam terminado o célebre Manifesto — *Proletários de todos os países, uni-vos!* — acabou por consubstanciar-se dezasseis anos mais tarde com a criação em Londres daquela Associação, cuja *Mensagem Inaugural*, redigida por Marx, sublinhava que os trabalhadores «têm nas suas mãos um elemento de sucesso — o número. Mas o número não pesa na balança a não ser que esteja unido pela convivência e pelo conhecimento. A experiência do passado mostrou — continua a *Mensagem* — que um laço de fraternidade deve existir entre os trabalhadores dos diferentes países e incitá-los a aguentar de braço dado todas as suas lutas pela emancipação, e que se se desdenha desta liga, o castigo será a derrota comum dos esforços sem coesão».

A princípio, a *Internacional* só representava trabalhadores da Inglaterra, da França, da Bélgica, da Polónia e da Suíça. Mas a partir do 3.º Congresso, em 1868 (Bruxelas), já aparecem delegações da

Itália e da Catalunha. E no 4.º, no ano seguinte (Basileia), dos Estados Unidos, Áustria e Espanha.

Em Portugal, foi precisamente no final deste ano (1869) que se tornaram conhecidos os programas da *Internacional*, enviados em Dezembro a grande número de pessoas, nomeadamente a escritores e jornalistas de Lisboa. Assim, logo em 1870 já a agitação operária começou a repercutir-se no seio do *Centro Promotor*. O proletariado passou a aspirar à sua emancipação face ao paternalismo burguês.

A ruptura iniciou-se a 19 de Outubro, quando uma assembleia geral deu aprovação a novos estatutos que tinham por base os princípios da *Internacional*. Ia tornar-se espectacularmente definitiva um ano mais tarde, ao ser apeado, em plena sessão, o retrato pendurado do antigo benemérito do *Centro*, António Rodrigues Sampaio, agora ministro, e que nesta qualidade ameaçara encerrá-lo. «Saíram alguns burgueses, amigos do Sr. Sampaio, entraram cerca de 200 sócios novos» — comentou a seguir um jornal («O Trabalho», n.º 9).

Foi com efeito no decurso de 1871, já em consonância com a Comuna de Paris e depois dela, que irrompeu e começou a estruturar-se o movimento operário português.

Terminada a Comuna em 27 de Maio, afogada pelo sangue de milhares de mártires exterminados por uma repressão ferocíssima, que contaminou, por entendimento de interesses burgueses, todos os restantes governos da Europa, de Madrid vieram refugiar-se em Portugal, onde chegaram a 9 de Junho, três membros do Conselho Federal espanhol da *Internacional* (Morago, Lorenzo e Mora). Vindos clandestinamente, foi no *Centro Promotor* que procuraram interlocutores para os seus objectivos. São conhecidos Antero de Quental e José Fontana, frequentadores do *Centro*, que ao tempo da Comuna em Paris, tinham promovido na capital portuguesa as célebres Conferências Democráticas, a primeira a 22 de Maio e a última a 19 de Junho. À volta daqueles interlocutores, logo outros elementos trabalhadores se agregaram com vista ao objectivo de ser criada também em Portugal uma secção da *Internacional*.

E quando em Londres, ainda no Outono desse ano de 1871, se realizou a Conferência convocada pelo Conselho Geral da A.I.T., na qual esteve presente em nome da secção espanhola um dos delegados vindos a Lisboa (Lorenzo), já Portugal esteve representado. E por quem? Nada mais nada menos que por Frederico Engels, que assinou como secretário correspondente para Portugal.

11. Com efeito, foi em Outubro de 1871 que surgiu o primeiro documento da secção de Lisboa da A.I.T.: um apelo aos metalúrgicos de Lisboa e Porto, a favor dos seus camaradas de Sevilha, que se encontravam em greve. E nesse mesmo Outono outras associações se criaram: a *Protectora do Trabalho Nacional* e a *Fraternidade Operária*. Foi esta, preponderantemente de trabalhadores, que constituiu a primeira tentativa portuguesa de central sindical. Os seus estatutos conferiam-lhe um carácter de federação de secções de ofícios, com o objectivo de se ajudarem mutuamente em caso de greve. Procurava assim fomentar, e criou de facto, novas associações do mesmo modelo.

A *Fraternidade Operária* era, por outro lado, a capa legal dos anarquistas e bakuninistas da *Internacional*, fracção que dava à sua participação na A.I.T. uma feição secreta e clandestina.

Foi um período confuso, com intrigas e divergências por vezes mal definidas, entre as três móveis correntes ideológicas que actuaram no sector proletário: o republicanismo, o anarquismo e o marxismo.

Isso, contudo, não impediu que logo a 10 de Março fosse enviada ao Conselho Geral de Londres a mensagem de adesão da Região Portuguesa, assinada pelo tipógrafo Nobre França e pelo professor primário José Maria Tedeschi.

Embora a representação portuguesa na A.I.T. estivesse assegurada por Engels, com quem Nobre França e Tedeschi se correspondiam, a sua ligação passou a ser mais efectiva a partir do Verão de 1872, na sequência da estadia em Lisboa, acompanhado da mulher, do médico cubano e socialista francês Pablo Lafargue, genro de Carlos Marx.

Esta visita contribuiu para desvanecer as intrigas do grupo *aliancista*, ou seja dos adeptos do anarquista Bakunine. Ainda de Lisboa, Lafargue comunicava a Engels:

«Os homens daqui estão na melhor das disposições; acolheram-me da forma mais amigável, e estão pelo contrário muito indispostos contra a Aliança. Os Internacionais portugueses começaram por ser aliancistas antes de ser internacionais. Tedeschi disse-me que tinham considerado a Aliança como um ponto para chegar à Internacional. Morago, para poder dominar em Portugal, tinha constituído aqui um grupo dos piores contra estes homens; daí vem o seu ódio à Aliança. No entanto, eles tinham visto muito claro na intriga [...] e recusam-se a qualquer publicação contra o Conselho Geral».

A intriga a que Lafargue se refere consistia no jogo duplo de um grupo (João Bonança), que estava aliado, por um lado ao agente

«aliancista» espanhol Morago, e por outro, ao maçónico republicano conde de Peniche, com secção no Bairro de Alfama. Anarquistas e republicanos de extracção burguesa eram assim, nessa altura, os elementos perturbadores da primeira tentativa de unificação do movimento operário português.

Lafargue acabou por obter a confiança dos sectores do proletariado, e nessa qualidade representou, devidamente credenciado, a federação de Lisboa e a federação espanhola no Congresso de Haia desse mesmo ano (2 de Setembro), que acabou por expulsar da A.I.T. os seus dirigentes bakuninistas.

A partir do Congresso de Haia, e ainda que uma reduzida fracção de bakuninistas (Eduardo Maia) tenha abandonado a federação portuguesa, o movimento operário português passa a definir-se sem os equívocos anteriores, sendo os elementos operários os verdadeiros dirigentes do seu movimento. Eles repreendem nessa altura Eduardo Maia e Antero de Quental, e expulsam Fontana e Carrilho Videira, elementos desagregadores da pequena burguesia.

Porém, um longo e sinuoso caminho de experiências colectivas teria de ser ainda percorrido até que o proletariado português alcançasse, já no nosso século, em 1914, a primeira central sindical que foi a União Operária Nacional.

À *Fraternidade Operária* sucedeu, por fusão com a *Associação Protectora do Trabalho Nacional*, em Outubro de 1873, a *Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa*, também conhecida por *Associação 18 de Março*, data evocativa da proclamação da Comuna de Paris.

Depois, em 1875, sob o impulso de Azedo Gneco e ainda de José Fontana, cria-se o *Partido Socialista*, que três anos mais tarde vai passar a designar-se *Partido dos Operários Socialistas*. Em qualquer dos casos, porém, confrontado com as tendências anarquista e republicana, vai arrastar uma vida sem glória, divorciado da intervenção política consequente e abraçando pelo contrário influências reformistas e oportunistas.

É a partir da crise de 1890 — *Ultimatum* britânico e agudização da situação económica com falências bancárias — que o movimento operário português vai ganhar uma maior força. Nessa altura já há 392 associações operárias englobando perto de 150 mil sócios. Azedo Gneco, o grande animador e o mais esclarecido ideólogo do movimento, cria em 1891 a *Federação das Associações de Classe*, e, em 1895,

é ele o autor do novo programa do *Partido Socialista*, no qual se inscreve pela primeira vez o ideal da constituição de uma sociedade sem classes.

Ainda sob a Monarquia, mas já no início do nosso Século, é em 1909 que se realiza, no Coliseu de Lisboa, o primeiro Congresso Sindicalista. As correntes operárias estão então dominadas, tanto na Península Ibérica como na França, pela influência anarco-sindicalista decorrente da *Carta d'Amiens* (1906), que preconizava como forma de luta operária o sindicalismo revolucionário.

Tudo isto se passava, de resto, de mistura com uma grande experiência de lutas reivindicativas, que verdadeiramente iniciaram os trabalhadores portugueses na sua tomada de consciência de classe. Essas lutas projectaram-se da Monarquia para o decurso da Primeira República, sem que a mudança de regime político tivesse acarretado mudanças substanciais nas condições de vida do proletariado. Este teve de prosseguir a sua luta de classe até unir-se, em 1814, na *União Operária Nacional*.

Foi em resultado do grande impulso alcançado pelo movimento operário, que o governo burguês se viu impelido à criação, em 1916, do primeiro Ministério do Trabalho (governo de António Maria da Silva), e três anos mais tarde a legislar finalmente o regime das 8 horas de trabalho diário (governo de Domingos Pereira).

Entretanto já tinha eclodido a Revolução soviética de Outubro (1917), cujos ecos chegavam a Portugal por modo extremamente confuso. Ia iniciar-se uma nova longa etapa, desde logo envolvida também por uma grande confusão ideológica.

VICTOR DE SÁ

Para uma leitura política d'OS MAIAS:

## O CONDE DE GOUVARINHO, MINISTRO DO ULTRAMAR

No jornal carioca *O País*, Pinheiro Chagas — «sempre este homem fatal!» — acusou certa vez Eça de se ter inspirado em Bulhão Pato para compôr o Tomás de Alencar d'*Os Maias*, o que já suscitara no autor da *Paqueta* um acesso bilioso convertido em sátira contra o romancista do *Primo Basílio* (\*). Respondendo ao crítico fatal, Eça explicou nas colunas do *Tempo*, o jornal do seu camarada Carlos Lobo de Ávila, que a identificação era falsa, pedindo que Pato tivesse o obséquo extremo de se retirar de dentro do personagem aludido, pois lhe causava «manifesto desconforto e empanturramento». Em nova e deplorável sátira, *Lázaro Consul* (1889), Pato por seu turno acusava Eça de ter criado outras caricaturas romanescas de personagens reais, mostrando-se efectivamente satirizado no aliás simpático Alencar. Assim, por exemplo, resmunga Pato com péssimo humor, o marquês de Souselas, um dos anciões que frequenta o Ramalhete, seria o retrato do já falecido Castelo Maior, agora feito «alquilé» («Ai se ele fosse vivo», sibilava o bravo Pato). E insinuava que outras figuras gradas da sociedade lisboeta se escondiam na galeria do romance: «uma alta senhora... / Ofertou-te o seu braço direito e fez-te conhecido. / (...) Ela morreu! E tu ... mordeste a pobre morta!»

Lidos estes e outros impropérios da baixa polémica movida por Chagas e Pato, peleja que Eça em vão se esforçou por dignificar compondo a deliciosíssima peça intitulada «A propósito dos Maias», inserta no volume *Notas Contemporâneas* (o tal texto primitivamente saído no jornal *Tempo*, com data de 1889), assalta-nos a suspeita de que o conde de Gouvarinho, par do reino, parlamentar e ministro, podia ser também, a seu modo, o disfarce duma figura portuguesa real da época. Mas se acaso assim sucedeu, devemos desde já confessar sem rebuços que não lhe conhecemos a vera efígie, se acaso alguma

---

(\*) À sátira *O Grande Maia* (1888) de Bulhão Pato.

vez a teve. A decifração plausível e como que imediata para o eventual enigma do conde de Gouvarinho seria talvez a de o identificar com o próprio Chagas, o «brigadeiro Chagas» o «homem fatal» da geração de Setenta. Mas logo a hipótese se desfaz, como já veremos. A avaliar pela cronologia interna — não explícita aliás, mas detectável — do romance, o conde Gastão de Gouvarinho ascende a ministro cerca de 1877 ou 1878, o que coincide de facto com uma mudança governamental coeva: em Março de 1877, Fontes, o chefe regenerador, demite-se e sucede-lhe na presidência do conselho o célebre marquês de Ávila (depois duque de Ávila), governo que dura cerca de um ano, voltando António Maria Fontes Pereira de Melo à governação em 1878. Ora, se observarmos os elencos desses dois governos que se sucedem em 1877 e 1878, constatamos que no curto ministério avilista (durou de 3 de Março de 1877 a Janeiro do ano seguinte), as pastas tinham esta distribuição: Fazenda, Carlos Bento da Silva; Obras Públicas, Barros e Cunha; Justiça, Sande de Magalhães Mexia Salema; Guerra, Sousa Pinto (que hesitaria em aceitar a pasta, acabando por ser ministro interino); Marinha e Ultramar, José de Melo Gouveia. Este ministério avilista encontrou larga complacência parlamentar, já que tanto o progressista Anselmo Braamcamp como outros deputados de filiação diversa como Pinheiro Chagas, Rodrigues Sampaio, Tomás Ribeiro e o bispo de Viseu lhe votaram a confiança nas cortes. Note-se, pelo curioso do pormenor, que Pinheiro Chagas afirmou no parlamento que o governo avilista lhe era simpático pelo «modesto programa», uma vez que o autor do *Anjo do Lar* não gostava de «programas pomposos que iludiam as esperanças que geravam» (*Diário de Notícias* de 7 de Março de 1878). Devemos acrescentar que Chagas era deputado regenerador, portanto membro do partido que acabava de abandonar o poder ao marquês de Ávila, chefe duma facção parlamentar independente das duas grandes facções partidárias de então, os progressistas e os regeneradores. Ora o conde de Gouvarinho é progressista e o muito real parlamentar José de Melo Gouveia sobraça a pasta da Marinha e Ultramar em 1877-78, na altura em que, no romance de Eça, Gastão ascende à mesma dignidade. Por outras palavras, nem Gouvarinho parece ser Chagas, nem Chagas ocupou nessa altura o lugar que, na realidade, foi desempenhado por Melo Gouveia.

Este José de Melo Gouveia (1815-1893) não é de modo nenhum desconhecido dos leitores de Eça, pois este já o acutilara com agudís-

simas farpas em Julho de 1871, justamente a propósito das colónias portuguesas — ponto a que voltaremos mais adiante. Bacharel formado em Direito em Coimbra, Melo Gouveia foi ministro de Estado e ministro da Fazenda, par do reino, deputado em várias legislaturas, governador civil de Leiria, Viana do Castelo e Viseu. Nascido em Coimbra em 1815, trinta anos mais velho do que Eça, iniciou a sua carreira política precisamente no ano em que nasce o romancista, em 1845, filiando-se no partido avilista e sendo eleito para as cortes desde 1848. Em 1870 sobraçava pela primeira vez a pasta da Marinha e do Ultramar, merecendo então do jovem panfletário Eça algumas cutiladas saborosas (*Farpas*, Julho de 1871). Em 1877, ao demitir-se o gabinete regenerador a que aludíamos, Melo Gouveia é indigitado pelo marquês de Ávila para o lugar de ministro da Marinha e Ultramar (a estreita vinculação do primeiro termo ao segundo é aliás explicado por Eça na referido folheto de 1871: «Singular coisa! Nós só temos marinha pelo motivo de termos colónias — e justamente as nossas colónias não prosperam porque não temos marinha!»). Em 1881 voltaria a ser ministro, desta feita num gabinete regenerador, com Fontes. Em 1890 recebia a pasta da Fazenda. Em suma, uma carreira típica e mediana de parlamentar e político burguês oitocentista.

Um último esclarecimento necessário: em 1878, regressando ao poder um gabinete fontista, a pasta do Ultramar é confiada a um poeta, Tomás Ribeiro (1). O nosso Chagas só algum tempo depois viria a ascender à dignidade ministerial, também num ministério rege-

---

(1) A carreira de Tomás Ribeiro (1831-1901) foi das mais brilhantes do nosso constitucionalismo. Nascido em Parada da Gonta, formou-se em Direito em Coimbra (1855), estabeleceu-se como advogado na sua província natal, foi presidente de município, administrador de concelho, deputado por Tondela (1862), seguindo depois uma carreira onde acumulou honrarias e cargos relevantes, chegando ao pariato. Literariamente, conquistou uma glória rápida e duradoira com o patriotismo *D. Jaime* (1862), precedido duma laudatória «Conversação Preambular» de Castilho. Seis anos depois voltava a ter êxito com novo poema, *A Delfina do Mal* (1868), que Eça já referira, no ano anterior, no *Distrito de Évora*. Enquanto acumulava louros, conquistava lugares de destaque, tendo sido nomeado secretário-geral da Índia portuguesa (1870), governador civil dos distritos de Bragança e do Porto, etc.. Foi por diversas vezes ministro, tendo sobraçado as pastas da Marinha e Ultramar, Justiça, Reino e Obras Públicas. Além dos livros indianos («Do Tejo ao Mandovy», «Entre Palmeiras», «Indiana»), publicou uma *História da Legislação liberal* e um *D. Miguel*. Foi redactor principal do «Imparcial» e da «Mala da Europa». Em 1895 era nomeado ministro plenipotenciário no Brasil.

nerador, mas em 1883, ali se tendo conservado até 1886, ou seja, dois anos antes da publicação d'*Os Maias*. Em suma, o cotejo da intriga do romance com os eventos da história real parece desfazer a aproximação puramente mecânica entre Gouvarinho e Chagas. Mas a leitura da própria obra de Eça vem reforçar esta impossibilidade, agravada pela já referida divergência entre a filiação partidária de Gouvarinho (*progressista*) e de Chagas (*regenerador*). Observemos então quem é, e o que significa no travejamento interno d'*Os Maias*, o célebre Gastão de Gouvarinho.

#### UM CRETINO «DOUTORAL» E «CASQUILHO»

O janota conde Gastão de Gouvarinho, homem alto, forte, mas «achacado», de lunetas e *poseur*, uma das colunas do Partido Progressista chefiado por Anselmo José Braamcamp, era casado com uma senhora de origem inglesa (por algum tempo amante de Carlos da Maia). Insigne cretino na invariável tradição dos políticos constitucionalistas desenhados por Eça desde os «croquis» tirados do natural durante a campanha cívica panfletária das *Farpas* até às obras romanescas de maior fôlego, como *Os Maias*, ou de rápida e ofegante execução, como o *Conde de Abranhos*, Gouvarinho repete um certo estereotipo de político trapaceiro, desonesto e nulo, tão caro à sátira queirosiana. Apesar de aparentemente rico, o conde é na verdade um caloteiro e antes de ser ministro conheceu mesmo o dissabor de ver uma letra sua, de oitocentos mil reis, protestada no tribunal do comércio... Segundo a maledicência da criadagem, transmitida a Carlos pelo seu fâmulo Baptista, Gouvarinho, «além de muito maçador e muito pequinhento, não tinha nada de cavalheiro». Dera ao seu criado Pimenta um fato tão coçado que o próprio contemplado o deitara fora: é sabido que não há grandes homens, portugueses ou não, para os seus «valets de chambre»... E como diria Garrett, a terra é pequena e a gente dela não é grande, o que parece aplicar-se em particular à casta dos politiquinhos do nosso oitocentismo. Quanto ao casal Gouvarinho, sabe-se também que Gastão e a condessa não se davam muito bem: as dificuldades pecuniárias pareciam achar-se na raiz desse desentendimento doméstico.

Recorde-se, para completar o retrato, que a condessa de Gouvarinho era filha dum inglês, o velho Thompson, dos Thompson do

Porto, gente rica e mercantil. Não tendo certa vez conseguido obter do sogro dada soma, o conde declarou, furioso, que a antiga Miss Thompson e o pai se deviam lembrar que «eram gente do comércio e que foi ele que fizera dela uma condessa». Ora, se compararmos este empertigado e fátuo par do reino com o pobre poeta, académico e jornalista Manuel Joaquim Pinheiro Chagas — que andava pelos trinta e cinco anos em 1877, enquanto Tomás Ribeiro já passara os quarenta e cinco anos e Melo Gouveia ia nos sessenta e dois —, ressalta que afinal só a habitual impecúnia do escritor e parlamentar o aproxima do personagem queirosiano, já que tudo o mais os separa, tanto no tocante ao nascimento (Chagas nunca foi nobilitado e viveu sempre numa modesta mediania, deixando o exército para seguir o jornalismo, o professorado e a política) como no referente ao próprio lar (a D. Maria da Piedade à qual dedicou o *Anjo do Lar* em nada se parecia decerto com a ruiva Miss Thompson cujos favores de alcova Carlos da Maia provou): Chagas foi sobretudo um político mediano, um professor e um afanoso profissional da pena que troca o regimento de Infantaria pela Academia das Ciências e pela poltrona de S. Bento, enquanto que Gastão de Gouvarinho, peralta jactante e trapalhão, não passa dum ocioso que a sua classe transforma em par do reino e ministro. O terem sido ministros da mesma pasta e estarem ambos carregados de comendas não basta para os identificar, antes os inclui na categoria geral que é comum a todos os políticos da época e da nossa burguesia oitocentista.

Voltemos a Gouvarinho. A observação desprimorosa acerca do mester mercantil do velho Thompson, garante o Pimenta, levou a condessa, ali mesmo à mesa, onde o diálogo corria, «a mandar o conde à tabua». Uma noite, no *S. Carlos*, Carlos da Maia é apresentado ao marido da sua amante: é um homem amável que aliás conhecia de vista as propriedades dos Maias em Santa Olávia, declara-se amante enternecido das veigas do Mondego, parcialidade compreensível se pensarmos que ali nascera, tendo uma casa em Formoselha, no vale inferior do Mondego — note-se a este propósito que Chagas era alfacinha, Melo Gouveia coimbrão e Tomás Ribeiro de Parada da Gonta, concelho de Tondela (isto para mencionarmos os nomes dos mais notórios ministros do Ultramar entre 1877 e 1886, ou seja, no período em que Eça redige, por um lado, o *Conde de Abranhos* e, por outro, *Os Maias*). Quanto à maneira de falar de Gastão de Gouvarinho, ela corresponde ao que seria de esperar dum cretino parlamentar enfiado: deixa cair as suas sentenças do alto dum pedestal, situado

muito acima do comum dos mortais, derramando-as dos «tesouros do seu intellecto à maneira de dons inestimáveis». Tanto quanto conhecemos as figuras dos verídicos ministros do Ultramar acima referidos, só Melo Gouveia poderia quiçá preencher a moldura de semelhante retrato.

Sigamos Eça quando este nos descreve Gouvarinho. Falando com voz rotunda, os cristais das lunetas de arros doirados a faiscarem, Gastão tem bigode encerado, e pera curta, com algo ao mesmo tempo de «doutoral e de casquilho». Fisicamente, uma vez mais, nada de comum entre Chagas e Gouvarinho. O gordo e desengonçado Chagas nada tinha de janota, bastando para tanto ver um retrato seu ou ler a descrição que dele nos fez Eduardo Schwalbach em *À Lareira do Passado (Memórias)*:

«...Tomás Ribeiro e Bulhão Pato, por exemplo, eram por fora o que eram por dentro; Pinheiro Chagas, não: o por fora e o por dentro constituíam a mais funda antítese. O seu aspecto físico e a sua deselegância no traje não deixavam lobrigar a flama da poesia que lhe iluminava o cérebro em todas as suas manifestações — por assim dizer o mais brilhante facho poético em contínua ardência dentro do corpo do mais autêntico burguês! (...). Uma flagrante contradição entre o corpóreo e o incorpóreo — no trajar, o cunho dum modesto comerciante — Chagas & C.<sup>a</sup> — no cérebro a lira de Apolo. Estou a ve-lo de verão, com o seu guarda-pó de linho a defender-lhe da poeira o facto e com o seu guarda-sol amarelo a resguardá-lo da ardência solar, e ao mesmo tempo estou a ouvi-lo no Parlamento com a sua voz a alternar a sonoridade crepitante dum clarim com a pura transparência dum cristal...» (*op. cit.*, Lisboa, 1944). Temos pois que, nem no aspecto físico nem na voz, Gouvarinho não pode ser o pesado mas vibrante Chagas, esse parlamentar que, ao discutir-se nas cortes o programa do novo governo avilista no qual figura Melo Gouveia, afirma que «o Sr. marquês de Ávila tomara uma nobre divisa: economias, que este era o princípio necessário e indispensável dos governos de hoje...» (jornal citado) — o que não deixa de ter uma conotação queirosiana, se nos recordarmos duma chistosa sátira sobre o programa do Partido Reformista, de 1872. E já que referimos a sessão parlamentar de 1877, digamos que no mesmo dia falou também o poeta e deputado Tomás Ribeiro, do partido regenerador: disse o celebrado autor do *D. Jaime* que, tendo falado o chefe do seu partido ele, simples soldado, decidira calar-se, mas que algumas alusões de

colegas seus o obrigavam agora a quebrar esse silêncio (*Diário de Notícias* de 7-III-1877)... Uma vez mais vemos os nossos três ministros do Ultramar jungidos — Melo Gouveia (que acaba de entrar de novo para a pasta em questão), Tomás Ribeiro (que será ministro do Ultramar no ano seguinte, no ministério de Fontes) e Chagas (que será por seu turno ministro de 1883 a 1886, no último ministério de Fontes).

#### DE ABRANHOS A GOUVARINHO

Em 1879, durante umas férias em Dinan, na Bretanha, Eça redige um livro centrado na carreira política dum arrivista sem escrúpulos, do mais baixo estofo moral e intelectual, que ascende precisamente à chefatura do Ministério da Marinha e do Ultramar no início duma vistosa carreira governamental: trata-se do miserável Alípio Severo de Noronha, nascido em Penafiel em 1826, conde de Abranhos (2). Ao realizar, sete anos depois do fim das *Farpas*, esta caricatura política às vezes excessiva e até inverosímil, o autor do *Conde de Abranhos* (obra que se manteve inédita quase meio século) colocava a ascensão da sua «bête noire» no ministério que, de certo modo, sintetizava a seus olhos o absurdo, a tolice, a curteza de vistas e a estultícia de todo um sistema politico-social: o ministério das colónias. E porquê? Antes de mais, porque lhe parecia ruinoso e quimérico manter um império colonial que se lhe antolhava ridículo: a África (e o restante mundo colonial português) era a terra inútil onde se ia degredado por prática dum crime e nas colónias, assim povoadas de criminosos, só havia «desleixo», «desordem», «antiquíssima rotina», sendo o único movimento de assinalar ali o do «estrangeiro que as explora de facto». Donde a conclusão evidente deste importante trecho das *Farpas*: «Para que temos colónias? E ai de nós que as não teremos muito tempo! Bem cedo elas nos serão expropriadas por utilidade humana. A Europa pensará que imensos territórios, pelo facto lamentável de pertencerem a Portugal, não devem ficar perpetuamente sequestrados do movimento da civilização; e que tirar as colónias à nossa inércia

---

(2) Veja-se o estudo que lhe dedicamos no nosso *Eça Político* (Lisboa, 1974), pp. 11-31 («A irresistível ascensão de Alípio Severo — estudo sobre o *Conde de Abranhos*»).

nacional é conquistá-las para o progresso universal. Nós temo-las aferrolhadas no nosso cárcere privado de miséria. Não tardará que na Europa se pense em as libertar». E Eça acrescenta: «Para evitar esse dia de humilhação, sejamos vilmente agiotas, como compete a uma nação do século XIX — e vendamos as colónias.» (*Uma Campanha Alegre*). E ainda: «...estes quatro milhões de portugueses são os filhos esfomeados do Estado, para quem as colónias estão como velhas salvas de família postas a um canto num armário. E hesitará o Estado em as vender? Sobretudo quando temos de as perder? Se o País se pudesse reorganizar — bem! As colónias seriam no futuro uma força. Mas assim! com esta decadência progressiva, irremissível...» A venda urgente das colónias, ideia comum a certos sectores da geração de setenta, perpassa aqui, a propósito precisamente dum ministro do Ultramar da altura — e que já vimos ser Melo Gouveia, poderosamente causticado naquelas troças anti-coloniais de 1871. Ora, revertendo ao que dizíamos, Eça faz de Abranhos um ministro — de quê? Do Ultramar. Ou seja, põe-no no lugar mais ridículo dum sistema falso e catastrófico, tanto mais que ele mesmo advoga a alienação urgente do nosso império, sacrificado aos interesses inadiáveis da Metrópole. A atitude era aliás comum ao Oliveira Martins anterior ao Ultimatum (Chagas havia de censurar-lhe a reviravolta colonialista, em 1891) (3) e tantos outros corifeus da mesma geração intelectual. Ora Abranhos será, no fundo, apesar de auto-censurado pelo seu autor, a caricatura donde Eça partirá para construir o ministro mais relevante da sua galeria romanesca, o Gouvarinho d'*Os Maias*, figura satírica de recorte mais plausível e sobretudo de desenho mais apurado, em suma mais realista. Mas o essencial de Alípio conservou-se no novo tipo romanesco: a velhacaria, o enfatuamento, a mediocridade intelectual, o arrivismo, a tremenda nulidade.

---

(3) Oliveira Martins escreveu na altura do Ultimatum o seu *Portugal em África* que levou Pinheiro Chagas, no *Correio da Manhã*, de 28-VIII-1891, a censurar-lhe a mudança de atitude em relação ao problema ultramarino, pois fora «sempre o pregador das doutrinas anti-coloniais». A paupérrima bibliografia sobre Chagas quase se resume ao estudo de Óscar Paxeco, *Pinheiro Chagas, ministro do Ultramar* (Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1948).

## UM ASNO A PRECEITO

No baile dos Cohens, Gastão de Gouvarinho aparece mascarado de marquês de Pombal. «Reclamo para ser ministro», observa Carlos, ao que João da Ega obtempera: «— Não o precisa. Tem todas as condições para ser ministro: tem voz sonora, leu Maurício Blok, está encalacrado e é um asno!...» O último qualificativo parece o mais importante, já que para Eça a estupidez asinina é consubstancial aos políticos do nosso constitucionalismo: uma espécie de fatalidade lógica exige que o governante oitocentista seja crasso, corrupto, inepto e cretino. Se o observarmos bem, Gouvarinho retoma as inépcias bacocas do seu antecessor Abranhos. Ei-lo, por exemplo, a fulminar um Torres Valente, literato e doido, porque este defendeu a necessidade da ginástica nos colégios. Estamos em pleno *Conde de Abranhos* quando Eça, no romance de 1888, nos diz que, ante tal impiedade, Gastão se levantou no parlamento para perguntar ao ilustre colega «se, na sua ideia, os nossos filhos, os herdeiros das nossas casas, estavam destinados para palhaços». A «boutade» é abranhista, como se vê, sobretudo na continuação: «Creia o digno par que nunca este país retomará o seu lugar à testa da civilização se, nos liceus, nos colégios, nos estabelecimentos de instrução, nós outros, os legisladores, formos, com mão ímpia, substituir a cruz pelo trapézio...» O jurista Abranhos não falava doutro modo quando era, tal como Gouvarinho, deputado antes de vir a ser, mais tarde, ministro do Ultramar. Efectivamente, que pasta, além da instrução, podia semelhante orador ocupar, senão — e muito justamente — a do Ultramar...?!

## POLÍTICA ULTRAMARINA

Voltamos a escutar a voz patriotaça de Abranhos quando ouvimos Gouvarinho sustentar ideias como estas:

«Está claro (...) que não temos nem os milhões nem a marinha dos ingleses. Mas temos grandes glórias; o infante D. Henrique é de primeira ordem; e a tomada de Ormuz é um primor... E eu que conheço alguma coisa de sistemas coloniais, posso afirmar que não há hoje colónias nem mais susceptíveis de riqueza, nem mais crentes no progresso, nem mais liberais que as nossas!»

Sabemos o que pensava Eça de semelhantes fanfarronadas patriotas: disse-o em polémica com Pinheiro Chagas acerca da nossa acção colonial e imperialista, repetiu-o em textos panfletários, críticos ou romanescos, sempre concordantes em criticar a balofa presunção civilizadora dum país com uma porcentagem alucinante de analfabetismo (4) e uma estrutura economico-social perfeitamente arcaizante, incapaz portanto de falar aos povos colonizados em nome duma superioridade qualquer. Resumindo no já citado texto das *Farpas* as relações entre Portugal e as colónias, Eça dissera em 1871: «As relações de Portugal com as suas colónias são originais. Elas não nos dão rendimento algum: nós não lhes damos um único melhoramento: é uma sublime luta — de abstenção!» De quando em vez, prossegue, a metrópole manda às colónias um governador — e estas, agradecidas, mandam à mãe pátria uma banana. «E perante este grande movimento de interesses e de trocas, Lisboa exclama: — Que riqueza a das nossas colónias! Positivamente, somos um povo de navegadores!» Compreende-se agora melhor o constante cuidado de Eça em articular a sedida glória passada dos grandes nomes dum extinto império marítimo, nomes sobretudo de capitães heróicos e navegadores, com a esqualidez miserável dum sistema colonial reduzido à permuta de governadores e bananas... Daí a solução brutal: vender a prata africana para salvar a metrópole arruinada. A ineficácia e vetustez da nossa marinha complica ainda mais o quadro, pelo que Eça, depois de ridicularizar o estado dos nossos vasos de guerra, lembra a propósito que os ministros anteriores, como Latino Coelho e Rebelo da Silva, tinham procurado reorganizar a armada como primeiro passo para uma reformulação da nossa política colonial. Ora, que pensava

---

(4) Demos a palavra à terrível eloquência dos números sobre a porcentagem de analfabetismo em Portugal:

1878	—	84,4%
1890	—	79,2%
1900	—	78,6%
1911	—	75,1%

Por outras palavras, os progressos da instrução durante o regime monárquico constitucional cifram-se numa melhoria de 0,6% por década (cf. Jacinto Baptista, *O Cinco de Outubro*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, 1965; p. 171; cf. ainda M. Borges Grainha, *O Analfabetismo em Portugal, suas causas e meios de as remover*, relatório apresentado ao I Congresso pedagógico de Instrução primária e popular, realizado em Abril de 1908, Lisboa, Imprensa Nacional, 1908).

sobre isto o titular da pasta da Marinha e Ultramar em 1871 — o Sr. Melo Gouveia?

Di-lo Eça: «Ele entende que a marinha serve — para manter bem presente nas colónias a ideia da Pátria e sobretudo (textual: discurso de S. Ex.a por ocasião da discussão do orçamento da marinha na legislatura passada) sobretudo para certificar as colónias que elas são lembradas na Pátria com carinho e saudade.» (*Uma Campanha Alegre* (5)).

Desta asserção parte Eça para uma esfusante troça das ideias do patrioteiro Melo Gouveia — troça que, subtilmente entrelaçada nas obras romanescas que depois compõe, servirá de estopa para fabricar os dois ministros de Ultramar que nos apresentará, ou seja, o conde de Abranhos e o conde de Gouvarinho. Está ainda nesta linha o comportamento de Gastão perante as críticas que do estrangeiro nos são dirigidas no tocante à questão colonial, que se reacendera nos meados da década de 80 com a conferência de Berlim, com a progressiva e sôfrega corrida das grandes potências capitalistas europeias no saque dos territórios africanos e asiáticos. Como qualquer político do salazarismo, Gastão só entende as críticas à nossa actuação colonial como produto duma evidente inveja. Assim, por exemplo, o livro dum tal Bratt (o nome parece-nos aliás inventado, a não ser que se trate da deturpação do célebre parlamentar inglês Bright que foi desafiado para um duelo por Quillinan, nosso adido em Londres, por causa de certas afirmações injuriosas acerca do nosso País, caso que provocou forte comoção popular entre nós) (6), major que «atravessou a África e dizia coisas perfeitamente desagradáveis sobre Portugal». O que revelava afinal esse inglês? Simples «inveja — a inveja que nos têm todas as nações por causa da importância das nossas colónias, e da nossa vasta influência em África...» Note-se a ironia daqueles termos «importância» e «vasta»... Não foram argumentos idênticos ou muito semelhantes os que se ouviram durante os últimos anos do salazarismo-marcelismo para explicar a campanha internacional de reprovação e denúncia que se erguia contra as nossas guerras

---

(5) Veja-se Eça de Queiroz, *Uma Campanha Alegre*, vol. I. Porto, 1969, pp. 139-140.

(6) Para o estudo deste caso célebre que apaixonou a imprensa portuguesa da época, veja-se por exemplo o artigo «Jacob Bright e o major Quillinan» de Eduardo Barros Lobo (Beldemónio) in *A Volta do Chiado*, Lisboa, 1902; pp. 197-202.

coloniais em Moçambique, Angola e Guiné? Não foram certos padres espanhóis e o célebre padre Hastings, responsáveis pela divulgação da notícia dum massacre realizado por tropas portuguesas em Moçambique em 1973, acusados precisamente de inveja, da tal inveja de que falava com voz rotunda e superior o conde de Gouvarinho? Não disse então em Londres, com semelhante postura abranhista ou gouvarinhal, o director dos Serviços de Informação portugueses da altura, que «o povo português não tem o hábito de fazer de cabeças de crianças bolas de futebol», chiste fúnebre que só podia sair duma caricatura queirosiana, — ou dum sicofanta fascista?

#### COBERTO DE GRÃ-CRUZES

As passagens de Gouvarinho acima citadas pertencem ao seu período pré-ministerial, numa fase em que se adivinha porém a sua próxima ascensão ao poder, tanto mais que, como perfidamente lhe diz João da Ega, o conde seria com certeza um «ministro da Marinha iniciador, original, rasgado...» Gastão não tarda efectivamente a ser chamado à governação, entrando como titular da Marinha e Ultramar no gabinete de Sá Nunes. Pouco antes já o seu pensamento colonial nos fora debitado nestes termos:

«... nas colónias, todas as coisas belas, todas as coisas grandes estão feitas. Libertaram-se já os escravos; deu-se-lhes já uma suficiente noção de moral cristã; organizaram-se já os serviços aduaneiros... Enfim, o melhor está feito. Em todo o caso há ainda detalhes interessantes a terminar... Por exemplo, em Luanda... Menciono isto apenas como um pormenor, um retoque mais de progresso a dar. Em Luanda, precisava-se bem um teatro normal, como elemento civilizador!»

Chegado a Ministro, a figura do conde perde interesse, até na própria arquitectura do romance. O seu pensamento está porém dado, os seus tiques, misérias e baixezas conhecidos, a sua fisionomia gravada, a sua ascendente carreira traçada para sempre: de ora em diante Gastão dilui-se na estereotipia do nosso constitucionalismo, de que ele era já um excelente caso exemplar. Assim como a novela do *Conde de Abranhos* termina quando vemos Alípio no «poleiro» (o termo é da sua camarilha), o interesse de Eça por Gastão afrouxa quando este ascende ao ministério. Vemo-lo ainda, no sarau do

Trindade, já ministro, altivo e cada vez mais *poseur*, encantado com a retórica toda oca de Rufino, tanto mais que o conde garante conhecer a arte tribunícia e já ter ouvido o Rouher, o Gladstone, o Cánovas del Castillo. Patriotaça sempre, prefere-lhes naturalmente «o nosso Rufino»: «Vejam os amigos aquela imagem tão pujante, tão respeitosa, do Anjo da Esmola, descendo devagar, com as asas de cetim... É de primeira ordem.» (*Os Maias*). E o marido ultrajado por Carlos desaparece da cena do romance, só voltando a ser mencionado perto do desfecho: «...o Gouvarinho aí continuava, palrador, escrevinhador, poltiticote, empertigadote, já grisalho, duas vezes ministro e coberto de grão-cruzes...» Em suma, um perfeito resumo simbólico da geração política e ideológica do constitucionalismo, dessa Regeneração que deu homens tão diversos, mas afinal idênticos no seu ideário e conduta, como os já referidos Melo Gouveia, Pinheiro Chagas e Tomás Ribeiro, todos super-patriotas. Acentuando os defeitos pessoais destes homens, sublinhando o que os irmanava em mediocridade intelectual, patriotismo oratório e vão (7), psitacismo parlamentar, mediocridade

---

(7) Lembremos que foi precisamente acerca do conceito de *patriotismo* que Eça polemicou com Chagas — veja-se «Brasil e Portugal» in *Notas Contemporâneas*, in *Obras*, vol. 2, Porto, 1966; pp. 1393-1412. Nesse texto de excepcional verve e lucidez, Eça satiriza o «brigadeiro» Chagas e diz que «o patriotismo era a sua magnífica carreira» (p. 1397) — o que é particularmente acertado. «Carreira original — prossegue Eça — e para que você se preparou com uma sinceridade, um labor, uma dedicação que o honram.» (*idem*). E logo adiante, contudo, adverte: «O seu plano de ser patriota, caro Chagas, era sublime e fecundo. Sabe qual foi o seu erro? Que em lugar de apoiar o seu patriotismo nas forças vivas da nação, inspirando-se nelas, para as ajudar a dirigir, você foi apoiá-lo sobre o pó dos heróis mortos, tornando-o assim desde logo seco.» (p. 1398). Tal patriotismo, continua Eça, não trazia «um programa para o movimento social das gerações futuras», antes se contentava em recapitular com ênfase «façanhas vetustas» (*idem*). Segue-se a célebre e admirável distinção entre os dois patriotismos, «o nobre patriotismo dos patriotas» que querem a pátria mais livre e esclarecida, e o falso patriotismo dos «*patriotaças, patriotinheiros, patriotadores, ou patriotarrecas*» (pp. 1399 e 1400), vício chauvinista que leva às catástrofes. Note-se que esta polémica nascia duma vinculação de Eça à *História de Portugal* (1879) do seu amigo Oliveira Martins. Note-se, por fim, que Tomás Ribeiro podia perfeitamente caber na definição queirosiana dos «patriotaças» e «patriotinheiros», tanto mais que o autor de *D. Jaime* — poema anti-castelhano e anti-ibérico, portanto patriótico à maneira antiga — escrevera em 1897 que o amor que consagrava a Portugal era uma «religião» (seria mais exacto dizer «uma carreira»): «A pátria! Eis a minha primeira e última inspiração. (...) O amor que consagro a Portugal é uma religião, que pode bem ter chegado ao fanatismo. Eu

literária e miopia colonial, Eça compôs o seu Gouvarinho, novo Abranhos, aperfeiçoado, mais verosímil, mas igualmente pulha, traído e nulo (8). Vimos que Gastão não era Pinheiro Chagas: mas não o sendo, em sentido estritamente psicológico e histórico, podia se-lo todavia, no espaço transfigurante do imaginário. Do imaginário por vezes mais autêntico e *realista* que o real.

Galamares, Junho de 1975.

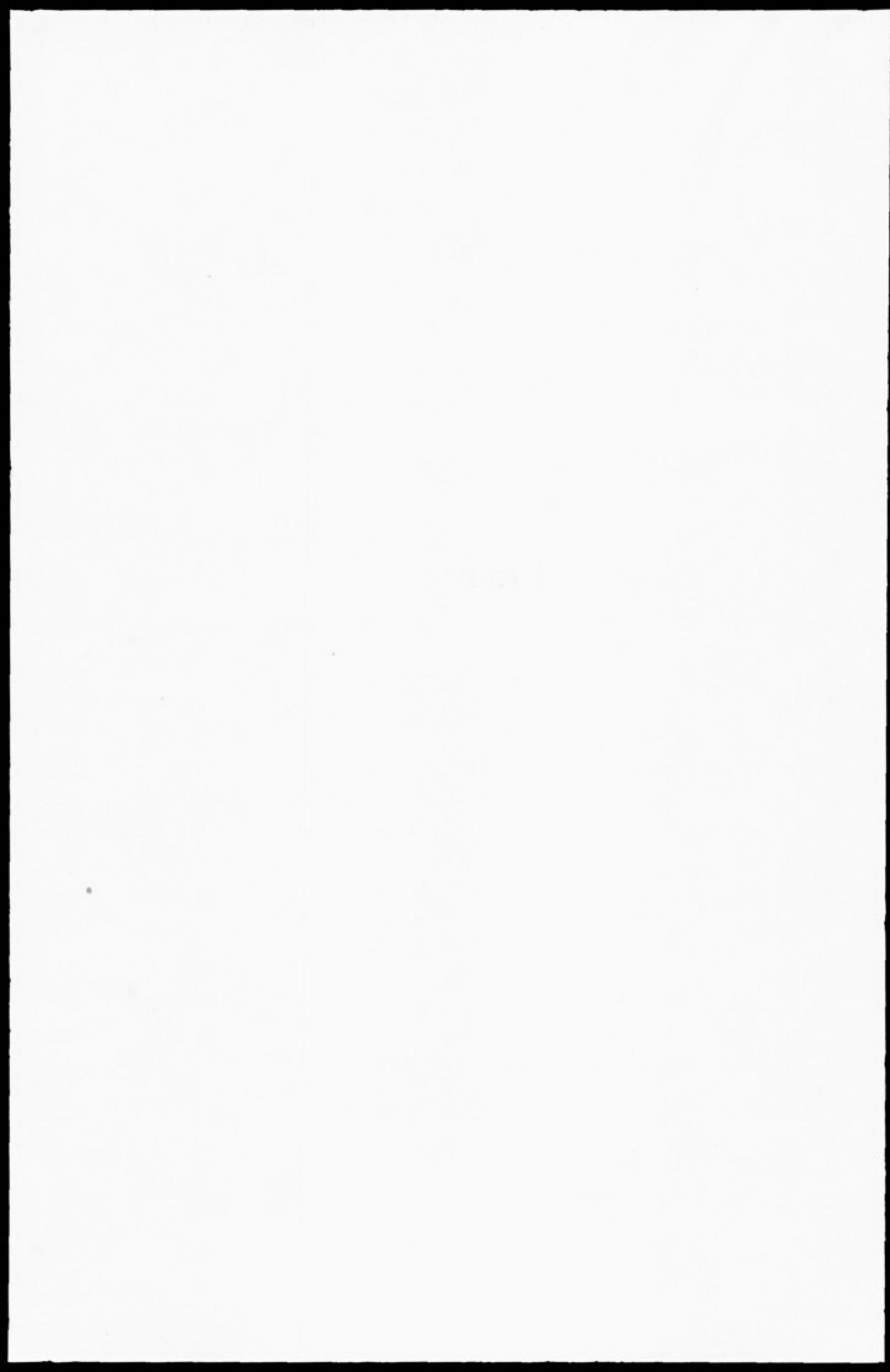
JOÃO MEDINA

---

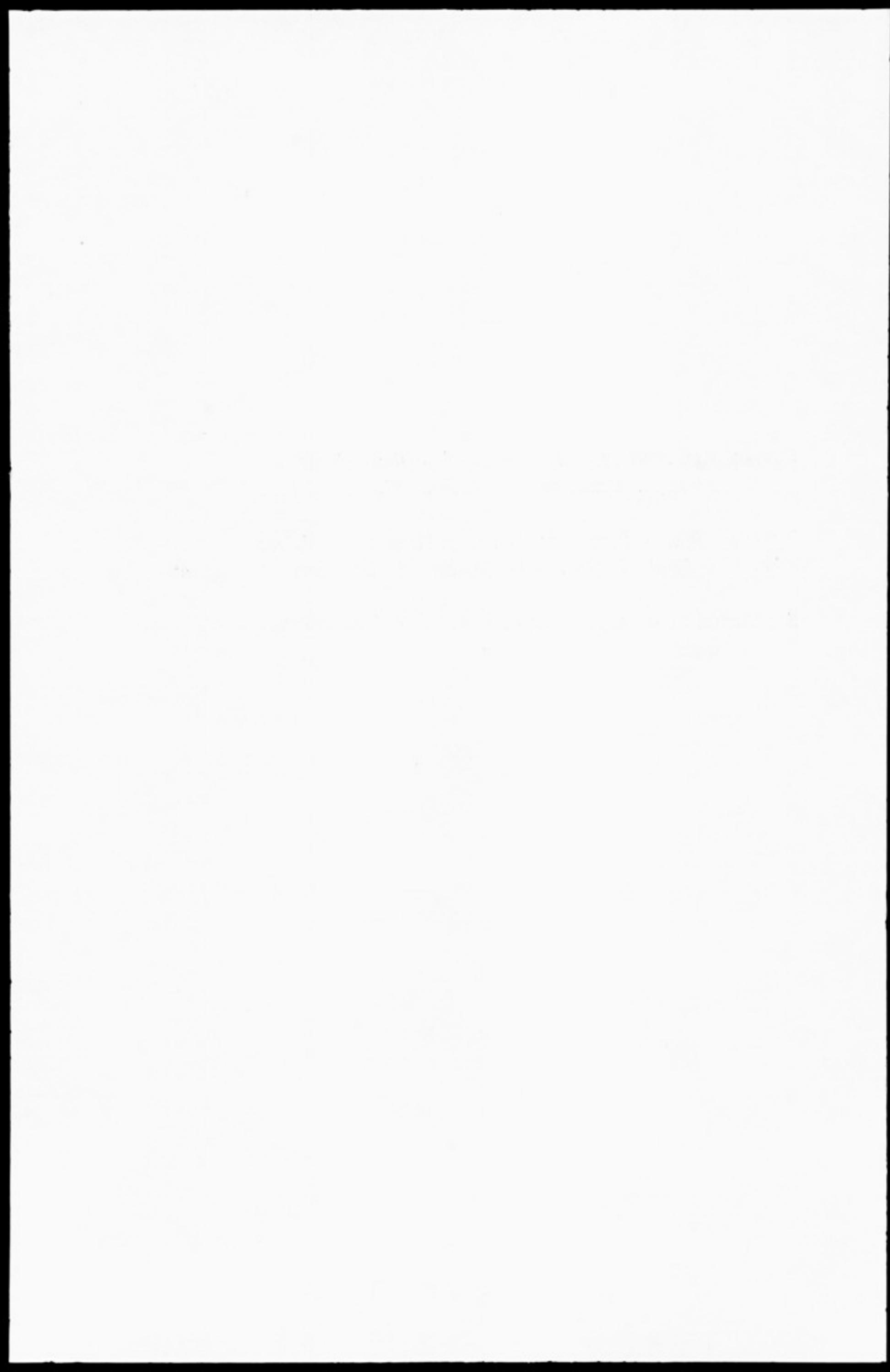
sou como as mães, ou como as filhas, que, quanto mais vêem prostrado o seu querido filho ou pai, mais sentem crescer por ele a sua ternura.» (cit. por A. Xavier Cordeiro na biografia de T. Ribeiro no *Novo Almanaque de Lembranças luso-brasileiro para o ano de 1902*, Lisboa, 1901; p. XIX). O poeta da *Delfina do Mal* está afinal subjacente a muitas das caricaturas deixadas por Eça no seu album (romanesco) das glórias e acacianismos nacionais.

(8) «Extraordinário, este Gouvarinho!», dizia Eça a Carlos. E este observava: «— E este (...) é *um dos melhores* que há na política. Pensando mesmo bem, e metendo a roupa branca em linha de conta, *este é talvez o melhor!*» (*Os Maias*, sublinhados nossos). Se Gastão ainda era dos melhores como não seriam os outros?!...

## ÍNDICE



	Págs.
CASTRO, ARMANDO DE — <i>A Formação do Sistema Económico Português Contemporâneo (Século XIX)</i> .....	5
MEDINA, JOÃO — <i>Para uma leitura política d'Os Maias: O Conde de Gouvarinho, Ministro do Ultramar</i> .....	45
SÁ, VICTOR DE — <i>Do Associativismo ao Sindicalismo em Portugal</i> .....	19



COMPOSTO E IMPRESSO NAS OFICINAS  
DA «IMPRESA DE COIMBRA, LIMITADA»  
LARGO DE S. SALVADOR, 1-3 — COIMBRA

